



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19-04-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Boa noite a todos.

Pessoal, vou ler o texto oficial. Mas, antes de ler, quero agradecer a presença de todas as pessoas dos diversos movimentos sociais, dos coletivos, ONGs e das representações presentes.

A audiência pública, pessoal, é um espaço de a gente se escutar enquanto Poder Público, Câmara Municipal, população, mandatos de vereadores e deputados. A gente insistiu muito, fez questão mesmo de chamar uma audiência no CEU Parelheiros.

A gente sabe que, oficialmente, a maioria das audiências públicas são feitas lá na Câmara Municipal de São Paulo, no Centro da cidade. Isso, infelizmente, impossibilita a participação de muitas pessoas. A gente tem que garantir que nos bairros, nos extremos e nas periferias a gente tenha audiência pública realizada para as pessoas conseguirem participar. Por isso, a gente insistiu em fazer audiência pública aqui no CEU Parelheiros.

Agradeço a todos por estarem aqui nesta noite de quarta-feira. (Palmas) Obrigada.

Vou ler a pauta oficial desta audiência. PL 127/2023 - Autor: Executivo – Prefeito Ricardo Nunes - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º. Tema: Promoção Social, Direito à Moradia e Preservação Ambiental.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e pelo canal de YouTube oficial da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde 18 de abril, e foi publicada em jornais de grande circulação também no dia 18 de abril.

Haverá inscrição para o público presente. Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Foram convidados para participar desta audiência as Secretarias Municipais: de Saúde, Executiva de Mudanças Climáticas, de Habitação, Licenciamento, Verde e Meio Ambiente e as Regionais de São Paulo.

Ressalto a importância de haver manifestações apenas quando for cedida a palavra.

Pessoal, antes de iniciar com a minha fala, gostaria de chamar algumas pessoas para compor a nossa Mesa. Vou ficar de pé, fica melhor. Não sou muito alta e é melhor para nos vermos.

Quero falar como vai funcionar. Teremos a abertura da Mesa, com pessoas convidadas, que falarão por cinco minutos. Após essas falas, teremos as inscrições para a população, para que as pessoas que estão presentes possam falar.

Na mesa azul, naquele canto, a assessoria está recebendo as inscrições para quem quiser fazer uso da palavra nesta audiência.

Como estou vendo que há muitas inscrições, mesmo antes de iniciar a audiência, vamos ter de limitar o tempo de três minutos. É chato, é ruim, em três minutos nem sempre dá para falar o que se quer, mas é o tempo para todos terem espaço de fala e conseguirem ser ouvidos.

Quero chamar as pessoas, sem mais demora. Já há um atraso. Pergunto se há alguém representando o Executivo, alguma secretaria municipal?

Para compor a mesa, começo chamando o Walter Ruiz Delgado, chefe de gabinete da Subprefeitura de Parelheiros; Odenil Gonçalves Leonel - conhecido por Dênis, dirigente estadual da FNL - Frente Nacional de Luta Campo e Cidade; - José Antônio Chinelato Zagato, arquiteto do Conselho Municipal de Política Urbana; Nunes Lopes dos Reis, arquiteto, ONG Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais; Talita Anzei Gonsales, pesquisadora e integrante do LabJuta - Laboratório Justiça Territorial, da Universidade Federal do ABC; Luciana Fukimoto Itikawa, arquiteta e pesquisadora do projeto de hortas de Parelheiros; Fernando Bike, líder comunitário da região de Vargem Grande. (Palmas)

Podemos dar início às falas da Mesa principal? Lembrando que as inscrições já estão abertas para quem quiser fazer uso da palavra.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos. Quero dizer que esta audiência pública é sobre o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, que é uma lei muito importante para

a cidade, porque ela define quais serão as políticas públicas e de como a Prefeitura vai estimular a ocupação em cada pedaço da cidade.

Resumindo, Plano Diretor Estratégico define se e em qual região serão estimuladas mais habitações, mais comércios, moradias mais verticalizadas, moradias menos verticalizadas, se terão corredores de ônibus, mais transportes. É uma lei que estabelece algumas regras para o uso da cidade por parte da população.

Falando de forma muito resumida, é uma lei que estabelece regras, principalmente para o setor das construtoras, para quem faz, quem produz moradias na cidade. Só que no Plano Diretor Estratégico sempre há muita disputa, muita briga e conflito. É natural que tenha, porque a gente está decidindo pontos importantes para o futuro da cidade.

Estamos definindo, por exemplo, se uma construtora pode construir um prédio de trinta andares numa determinada área pública. A gente está definindo se, em alguma determinada área, serão construídas habitações de interesse social ou não.

Todo mundo aqui sabe o que é uma habitação de interesse social?

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Todo mundo aqui tem na cabeça? Sim? Sim ou não? Tem gente que falou sim e outros falaram não.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Habitação de Interesse Social é uma espécie de moradia de casa ou de apartamento destinada para pessoas que estão em situação de menor renda. Hoje em dia, na cidade de São Paulo, para se financiar um apartamento tem de ter um mínimo de renda comprovada. Só que habitação de interesse social é um tipo de moradia para pessoas que não têm, muitas vezes, como comprovar três ou cinco salários mínimos. Muitas vezes, a sua renda não chega a um salário mínimo. Essa é habitação de interesse social.

O Plano Diretor define em qual região esse tipo de moradia vai ser construída.

Quero fazer uma reflexão com vocês. A gente sabe que na cidade de São Paulo, apesar de ser a mais rica do país, poucas pessoas conseguem morar bem, ter tranquilidade de

pagar, por um preço baixo, um lugar decente para morar. É um lugar onde tem muita concentração de renda. Infelizmente, o Poder Público, a Prefeitura, acaba valorizando e dando mais espaço para as grandes construtoras, aquelas que constroem apartamentos caros, para construir seus apartamentos, e não habitação de interesse social.

O que nós queremos conversar aqui é, de fato, escutar da galera de Parelheiros como que está a demanda principalmente de moradia e da questão de preservação ambiental.

Quero finalizar falando do tema da audiência, que é promoção social, preservação ambiental e direito à moradia de interesse social.

Por que pensamos em direito à moradia e preservação ambiental? Todos têm direito de morar. Certo? Correto? Existe também a necessidade de preservação ambiental. Muitas vezes, existe gente que pensa que essas duas coisas não podem conviver juntas, que não dá para se pensar em direito à moradia com preservação ambiental.

Estou falando de casos concretos, por exemplo, casos onde há pessoas habitando há muito tempo, há décadas, em uma região que, digamos, é de preservação ambiental. De que maneira a gente lida com isso. Vamos tirar aquelas pessoas? O que a gente vai fazer?

Será que há formas melhores de se morar? Será que não se consegue morar agredindo menos o meio ambiente? Será que não dá para juntarmos a questão da moradia à questão da preservação ambiental? É com essa razão e nesse sentido que queremos fazer este debate.

Nem toda forma de morar é igual e trouxemos, hoje, Prefeito, especialistas da área de preservação ambiental e da área de moradia para poderem nos trazer alguns elementos, para debatermos. Está aqui um representante de um movimento de luta por moradia, que é a FNL. Quero saudar, também, todos os que são da Ocupação Carlos Marighella.

Sabemos que existe uma ocupação em uma região e a ocupação não existe para atrapalhar o meio ambiente, para atrapalhar a vida dos outros. O que atrapalha a vida dos outros é a falta de moradia. O que atrapalha a cidade é haver pessoas sem casa. O que atrapalha a cidade é haver pessoas vagando sem ter onde morar, sem ter um teto. Isso atrapalha a cidade.

Muitas vezes, a ocupação é a única forma possível de garantir um teto. De que forma podemos nos aliar ao movimento social de moradia, por moradia, para conseguir habitação decente e que preserve o meio ambiente? Eu acho que é possível. Eu acho que podemos fazer esse diálogo.

Já morei perto da Esther Garcia, ali, no Grajaú. Quem conhece o Reimberg? Eu morei ali perto. Ali, onde eu morava, era uma casa de alvenaria muito tranquila, muito boa, tudo certinho. Tinha escritura. Era tudo correto, mas, lá, no início, décadas atrás, aquilo foi uma ocupação. Em toda a região do Grajaú, em toda a região de Parelheiros, muitas décadas atrás, grandes áreas foram ocupações de moradia, que sofreram um processo chamado regularização fundiária – ou não sofreram. Muitos da zona Sul ainda não têm a escritura, mesmo morando há décadas no mesmo lugar.

Então, de que forma conseguimos fazer isso? Eu não acho que o caminho seja demonizar a ocupação. Eu acho que o caminho é pensarmos a solução. Muitas vezes, a ocupação vira uma solução de moradia. Quantas pessoas sem teto vocês veem no Centro de São Paulo? São pessoas que estão em situação de rua no Centro de São Paulo. Muitas vezes, a ocupação é a única solução quando o Poder Público não atuou para aquelas pessoas. Então, de que forma podemos juntar a preservação ambiental à questão de moradia? Eu acho que esse é o tema e eu gostaria que refletíssemos um pouco sobre isso no dia de hoje, para trazermos para a votação do Plano Diretor um projeto, uma solução, para dizer: “Olhe, é possível, mesmo em área de manancial, mesmo em área de preservação ambiental, pensarmos no interesse humano. Podemos pensar no interesse das famílias. Podemos pensar nas pessoas que estão ali, ocupando, porque elas têm de morar em algum lugar.” Então, é esse o debate que queremos fazer hoje.

É claro que não é fácil. É claro que pensar uma lei demora muito tempo, mas os debates que vamos fazendo vão acumulando conhecimento para conseguirmos pensar em uma proposta de lei.

Quero agradecer, mais uma vez, e já passo a palavra ao pessoal que é convidado nosso, professoras e professores universitários. Acho que posso passar para o Sr. Nunes, que

é do Peabiru e vai fazer uma apresentação para nós. Sr. Nunes, está com a palavra, querido.

O SR. NUNES LOPES DOS REIS – Boa noite a todos, pessoal.

Primeiramente, quero dizer que é um prazer enorme estar aqui e uma emoção ver tanta gente nesta audiência pública. Temos participado de algumas audiências públicas no Centro e em outras regiões da cidade e dá até certo desânimo, porque as audiências têm sido muito esvaziadas. O debate público sobre o Plano Diretor, sobre a legislação na cidade, tem sido muito esvaziado e é uma felicidade, portanto, chegar ao extremo da zona Sul de São Paulo e encontrar o povo mobilizado para garantir seus direitos, para lutar pelos seus direitos. A primeira coisa que eu quero fazer é parabenizar todas e todos os que estão participando desta mobilização e tiraram um tempinho para estar aqui, nesta noite, para fazer um debate tão importante para a cidade e para a região da zona Sul.

Como eu fui apresentado pela Vereadora Luana Alves, eu sou o Nunes. Eu sou arquiteto. Alguns rostos que eu vi por aí são bastante conhecidos, de luta, e dedico a vida da Peabiru, que é a ONG de que eu faço parte, a fazer luta por moradia, a atuar com os movimentos sociais de moradia, na luta por uma cidade melhor, mais justa e mais igualitária.

O que eu quero dizer é basicamente o seguinte: a Peabiru vem trabalhando, já há pelo menos 10 ou 12 anos, muito fortemente, no apoio a movimentos sociais de moradia, de urbanização, de luta contra remoções, e pela melhoria das condições de moradia de favelas da região de São Paulo, mais especificamente na zona Sul. Alguns de vocês devem conhecer. A Peabiru trabalhou por algum tempo no Jardim da União, que é uma comunidade do Grajaú. Então, é uma comunidade que tem cerca de 10 anos. Vem desde 2013 e tal. Conviveu sempre com esse conflito, com essa questão: “É porque vocês moram em área de manancial. Aqui é área em que não se pode morar, porque se tem de preservar o meio ambiente e tal. Vamos remover essas mais de 500 famílias daqui, no caso.” Aí, o nosso trabalho é de fortalecer tanto a associação de moradores, a mobilização comunitária, quanto ajudar os moradores, aquela população, em uma forma de organizar, ali, o plano de bairro, o plano da sua comunidade, para que ela consiga atingir a regularização fundiária e a urbanização.

Essa comunidade hoje está quase totalmente urbanizada, com ruas largas, com infraestrutura de esgoto, de água, de energia, tudo oficial, da Sabesp, da Eletropaulo, e pavimentação da Prefeitura. Apareceu recentemente até, foto do Prefeito abraçando os moradores do Jardim da União, tirando um pouco os louros do processo de urbanização, mas foi um projeto que foi conquistado com muita luta pelos moradores, no processo de marcação de lotes, de sair dos barracos de madeira para lotes predefinidos, pré-organizados, com o apoio da Peabiru.

Mais recentemente temos trabalhado – e há alguns rostos aqui – com a comunidade Anchieta-Grajaú. O Anderson está ali e é liderança da comunidade. A Jenny e a Kelly estão aqui, também. Vimos trabalhando há três anos no mesmo intuito, de ajudar a comunidade a se organizar, a se mobilizar, para fazer um processo que chamamos de autourbanização. É um processo que dá muito orgulho para nós, por trabalharmos com a população e fazermos tudo juntos. Não é um processo simples e nem fácil. Eles sabem muito bem como é isso, mas é fazer um processo de melhoria das condições urbanas e de moradia daquele território.

É importante dizer que a comunidade Anchieta-Grajaú, além de estar na região dos mananciais, tem – como a maioria de vocês deve ter – uma nascente, um córrego passando no meio dela. Faz parte do trabalho da comunidade, da associação, fazer um trabalho de preservação ambiental das águas daquele córrego. Então, o nosso trabalho vai olhar sempre para isto: como fazer a ocupação, a melhoria, garantindo o direito à moradia e à terra urbanizada naquele território, mas preservando os cursos d'água na medida do possível e também dando uso para as áreas. Alguns, ali, as usam como hortas, como plantio, e tal. É para fazermos um bairro melhor, mais sustentável, mais justo e mais urbanizado.

Por fim, o que eu quero dizer é o seguinte: sempre houve essa oposição da moradia social, da moradia popular, ao meio ambiente. Primeiramente, essa oposição se dá pelo processo de segregação espacial e territorial que a cidade faz. Na comunidade Anchieta-Grajaú, vemos que as pessoas que moram lá são pessoas que foram expulsas de outras comunidades, de outros assentamentos – ou o aluguel ficou muito caro na área mais urbanizada, mais nobre

da cidade –, e vão sendo empurradas para essas zonas mais afastadas da cidade. Aí, vem essa questão: “Ah, isto, aqui, é zona ambiental e não se pode morar.”

Então, quando tratamos de Plano Diretor, a primeira coisa que temos de pensar é o seguinte: como fazer para garantir moradia nas áreas centrais da cidade, para conseguir moradia popular nas áreas que já estão urbanizadas? Depois, obviamente, as áreas que já estão ocupadas e que já estão sendo local de moradia do nosso povo têm de receber infraestrutura. Têm de receber tratamento de esgoto. A forma de compensar, de não degradar o meio ambiente, é a urbanização, fazer saneamento, levar água tratada, fazer tratamento de beira de córrego. Essas são as medidas que defendemos, que entendemos ser o caminho para atingirmos uma cidade mais justa, mais sustentável e melhor para se viver.

É isso, gente. Acho que a fala era curta e o que eu poderia dizer nesse momento, seguimos com o debate.

Obrigado pelo convite. (Palmas)

A SRA PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada Nunes.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Bike.

O SR. FERNANDO BIKE – Boa noite pessoal.

É um prazer estar compondo a Mesa. Muito obrigado Luana, eu não esperava estar aqui fazendo parte da Mesa. Fico agradecido aí por esse convite, que me honra muito.

É importante ver, hoje, esse pessoal disposto a fazer o debate e falar sobre as questões de moradia e conciliar também a questão da proteção ambiental. Esse discurso é muito importante para a região. Sabemos que muitos que moram aqui já passaram muito perrengue para construir suas moradias, foi através de lutas.

Sou morador do Vargem Grande há 25 anos. É um bairro com 50 mil habitantes, conhecido também como a Cratera da Colônia, onde caiu um meteoro. Enfim, nesses 25 anos passamos por muita pressão do Poder Público e aquilo ali é um exemplo de uma ocupação e que dá certo. O pessoal se organizou, começou na região do Grajaú Jardim América, no Parque América, na Unifag - União dos Favelados do Grajaú, que vinha dialogando, na época, com o

Poder Público, na década de 90, falando sobre a questão de moradias.

Mas, isso não avançou muito e aí o que fizeram? Foram lá, fundaram uma associação, foram depositando o dinheiro em uma conta e compraram esse espaço onde é o Vargem Grande, hoje, e foram construindo suas casas. O Poder Público, por diversas vezes, tentou remover aqueles moradores dali, mas não houve êxito. O pessoal está aí e consegue contar sua luta.

Espero que o pessoal que está aqui, das ocupações, pessoal do FML que está aí, duas tem duas ocupações aqui da região, que consigam ter êxito, assim como nós tivemos em Vargem Grande. Estamos aqui para somar com vocês.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigado Bike.

Vou passar a palavra à Sra. Talita Anzei Gonsales, do LabJuta – Laboratório Justiça Territorial, da Universidade Federal do ABC.

A SRA TALITA ANZEI GONSALES – Boa noite pessoal.

Sou Talita, do LabJuta, um laboratório onde fazemos pesquisa na Universidade da Federal do ABC, sobre justiça territorial. Sobre o planejamento urbano, sobre construção de cidades mais justas e igualitárias.

Também sou da campanha Despejo Zero, que foi uma articulação que se formou na pandemia pela suspensão dos despejos na pandemia. Afinal de contas, ficar em casa era regra para evitar a transmissão da Covid. Estou falando isso porque cada vez mais a gente tem recebido relatos na campanha Despejo Zero de ameaça de remoção da zona Sul de São Paulo, em áreas de mananciais, de proteção de mananciais. Também no ABC, apesar de estar em outra cidade, sofre problemas bastante similares, por conta de estar em áreas de mananciais.

André, que também é da campanha, está aqui. Tem recebido muitos desses relatos. É importante dizer isso, à medida que tem uma professora nossa que fala: “as pessoas, depois do trabalho, elas não somem, elas precisam voltar para casa, dormir, descansar e assim a vida vai seguindo”. Só que as pessoas acabam indo morar onde dá, onde conseguem pagar. Esse

“onde conseguem pagar” geralmente acaba se tornando as áreas mais frágeis, ambientalmente falando. Além disso, além dessa situação em que as pessoas vão morar nesses lugares, porque é onde dá, onde é possível, o próprio Poder Público vai também expulsando as famílias para construir obras públicas, construir pelos próprios interesses do mercado, vai expulsando essas famílias para cada vez mais longe, para onde os terrenos são mais baratos e tudo mais.

E por que estou falando isso? Porque em momentos como esse, da discussão do Plano diretor, onde essas decisões são feitas, onde essas decisões são tomadas e onde se pensam quais os lugares de morar, quais os lugares de preservação, todas essas discussões são feitas aqui.

Então, é por isso que é muito importante que a gente pautasse esses temas agora. Fico muito animada também, quando eu vejo esse lugar cheio de gente para discutir, porque precisamos colocar nossas necessidades. As necessidades habitacionais das famílias de menor renda, agora nesse debate, para podermos garantir, tanto aqui na zona Sul, nas áreas de proteção de mananciais, e a gente consiga compatibilizar moradia, proteção e meio ambiente. Como o Nunes falou, isso é completamente possível, mas também a gente não está falando que só quer casa, casa. Não! Casa não é só as quatro paredes e um teto. Queremos cidade. Acesso a emprego, lazer, educação, saúde e a tantas outras coisas. E tudo isso é muito importante nesse momento da discussão do Plano Diretor.

Eu, conversando com a Luana, no caminho vindo para cá, gastamos um tempo de 2h30 para chegar até aqui. Não é possível que as trabalhadoras, trabalhadores, gastem de 5 a 6 horas por dia, de transporte todos os dias, para acessar o seu emprego. Então, todas essas discussões são questões bastante importantes para a gente falar agora.

Falei bem correndo para dar tempo e ouvir vocês também, que é a parte mais importante para todas aqui anotarem as necessidades habitacionais.

Era isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Com a palavra o Sr. José Antônio Chinelato Zagato, Toni, do Conselho Municipal de Política Urbana.

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Boa noite a todos.

Quero agradecer muito o convite da querida Vereadora Luana Alves.

Gostaria de fazer algumas perguntas e provocações a vocês. Sou arquiteto urbanista e membro do Conselho Municipal, que acompanha essa revisão do Plano Diretor. Estou lá há um ano e meio, e há dois anos, por um conjunto de movimentos sociais, acompanhando e enfrentando o que tem sido essa máquina, esse trator, literalmente, que a Prefeitura tem passado.

Como é a primeira vez que eu estou aqui, acho que pedir licença a quem habita, circula, trabalha aqui no território. Eu gostaria de ouvir de vocês, muito rapidamente - ouvir não, só esboçar, levantar a mão - quem acha que o aluguel está mais caro na cidade? Quem acha que está pagando mais caro pelo ônibus, pelo trem ou até pela bicicleta? Gostaria de saber quem gostaria de trabalhar mais perto de casa, perto da família, de amigos, da praça? E, por último, gostaria de saber quantas vezes – todos vocês, sobretudo quem levantou a mão – foram chamados, nos últimos dois anos, a participar de uma audiência como essa, que foi mobilizada pela comissão?

Nossa, que diferença das mãos levantadas, nas três perguntas anteriores, para essa última. Tudo que eu perguntei inicialmente, nas quatro perguntas, diz respeito ao Plano Diretor. Por que eu perguntei sobre moradia, sobre transporte, sobre o deslocamento, se gostaria de estar mais perto da sua família? Isso diz respeito à saúde física, mental, espiritual. Estar nos seus espaços de fé, de congregação e de respeito à democracia, ou seja, à participação para decidir sobre moradia, transporte, saúde e meio ambiente. Porque, se a gente fica consumindo combustível para lá e para cá, a gente também está prejudicando o meio ambiente. O clima está cada vez mais quente, enchentes, enfim.

Eu fiz essas perguntas, porque nesse período em que estou lá, esse é o conselho que tem 60 pessoas, sendo que, metade, 30 delas, são da Prefeitura, 26 são da sociedade civil dos mais variados movimentos e organizações. Eu sou, por exemplo, do ciclismo. Vim com a minha bicicleta, está ali, círculo de bicicleta para todos os lados, estou na cadeira da mobilidade.

Mas, tem gente da moradia, das associações de bairro, e tem ainda quatro cadeiras para empresários.

Bom, se vocês não ficaram sabendo e não tiveram oportunidade de participar até agora foi porque isso foi decidido ao longo dos últimos dois anos para, sim, acontecer pela Prefeitura de São Paulo. Não interessou à Prefeitura estimular a participação. Então ela ficou fazendo um monte de estratégias de *marketing*, essa coisa de fazer Instagram, de fazer Facebook, anunciar num ponto de ônibus: “Ó, está rolando o Plano Diretor”, mas não fazia audiência. Quando a gente trazia as nossas questões, não respeitavam os conselheiros da sociedade civil. Então, todos esses problemas que vocês também reconhecem, que está mais caro morar, acabaram não sendo reconhecidos nessa revisão. Então, a Prefeitura, quando está mandando agora esse projeto de lei, que tem metas, da mesma forma como quem trabalha tem metas para cumprir, essa lei que foi lá em 2014, que foi assinada, tinha metas de aproximar a moradia do emprego, de fazer mais parques.

Cento e sessenta e oito parques deveriam ser construídos até 2029. Sabem quantos foram feitos desde 2014 até agora? Oito, de 168. Alguém acha que quem não fez em oito anos vai fazer? Que fez oito, em oito anos, vai fazer 160 nos próximos seis? Não vai, porque não interessa.

Então, no fundo, do que está se tratando essa revisão? E é importante ter consciência, é importante ter essa mobilização, basicamente de negócios, a Prefeitura está simplesmente entregando a cidade ainda mais do que ela entregou, porque eu trabalho no centro de São Paulo e o que não falta é terreno vazio no centro de São Paulo, o que não falta é prédio abandonado no centro de São Paulo, com moradia faltando.

Mas, o que está sobrando para a Prefeitura? Aliança com empresário do mercado imobiliário para fazer prédios para vender para especuladores, que moram em Londres, em Nova York, que moram em Hong Kong, porque vende para esses negócios de hotel, estúdio de apartamento de 20 metros quadrados para turista, para gringo vir e comprar um metro quadrado a 20.000. Para quem eles estão governando? Para quem está aqui é que não é, em nenhum

lugar daqui, tanto é que eles não estão aqui.

Eu só queria deixar essa mensagem de que essa revisão não está sendo feita, conduzida, nem de forma democrática, nem de forma a cumprir as metas que deveriam ser atingidas em 2029. Não vai diminuir o tempo de deslocamento entre o trabalho e o emprego, porque o emprego deveria estar aqui no território, para as pessoas não terem que se deslocarem duas horas e meia até o Centro, onde tem emprego, tem terreno vazio e não tem casa.

Então, é importante ter essa consciência crítica do que é importante, mas é importante se mobilizar para criticar, pois quem não fez esses anos todos, não pode estar falando a verdade, de que vai fazer agora nessa correria, de fazer um monte de audiências públicas, inclusive em horário comercial, em dois meses, para falar agora a gente vai resolver o que a gente não fez desde 2014.

Era só isso, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom, Toni, obrigada.

Vou passar para Luciana, para fazer o uso da palavra.

Pessoal, eu sei que tem uma galera ao redor, sei que pelo horário é difícil, mas vamos tentar escutar a galera que está na Mesa, para todo mundo conseguir falar e ser escutado. Obrigada.

A SRA. LUCIANA FUKIMOTO ITIKAWA – Boa noite pessoal. Tudo bem?

Eu sou a Luciana. É um prazer muito grande, muito obrigada pelo convite. Estou muito feliz por estar com vocês, mesmo nessa friaca toda, um beijo para vocês, esse povo de luta aqui com uniforme, organizados. Vieram aqui, podiam estar lá vendo novela, vendo jornal, dormindo, comendo, e vieram aqui, porque acreditam que podem fazer a diferença, não é verdade, pessoal? Legal.

Tem uma coisa: que história é essa de Plano Diretor? Eu não tenho a menor ideia, eu não sei o que é Plano Diretor. É a primeira vez que eu ouço falar, não é verdade? Agora, o Plano Diretor, no fundo ele precisa contar a nossa história e o que estão fazendo é apagar a nossa história. O que é a nossa história? A nossa história é onde a gente cresceu, onde a gente

foi carregado com a mão da nossa irmã mais velha, que a gente ia para a padaria, a gente ia para o mercadinho, a gente falava com o açougueiro, com a farmácia, com jornaleiro, não é verdade? E por que estão querendo apagar a nossa história e mandar a gente cada vez mais para longe? Ou apagar aquele bairro, onde a nossa avó morava, não é verdade? Onde a gente cresceu e tivemos que nos mudar, porque o aluguel ficou mais caro. Quem aqui teve que se mudar porque o aluguel ficou mais caro levanta a mão. Não é isso que o Toni falou, pessoal?

Então, o Plano Diretor é isso. Está na hora de a gente fazer a nossa história. E a nossa história tem a ver também com o nosso lugar, da gente gostar e ter um carinho pelo nosso lugar. Por isso que eu vou falar dessa questão da agricultura, que é um tema que eu estou acompanhando há algum tempo, o pessoal aqui de Parelheiros, o pessoal da zona Leste, que é o seguinte: quem já se curou de uma gripe com aquele chazinho da vovó levanta a mão. Quem tomou aquela canjinha gostosa, quentinha, feita pela mamãe, depois daquela ressaca braba, levanta a mão. Quem fez a sua festa junina mais gostosa com a comidinha feita em casa, não é verdade?

Gente, é memória, é afeto, é carinho, é aquela família em que a comunidade que prepara o alimento. Por isso que essa questão do alimento não pode ser oposta à moradia. Os movimentos de moradia lá da zona Leste conseguiram aprovar, quando foram para Brasília, que as Habitações de Interesse Social tivessem hortas, obrigatoriamente, não é legal? Já pensou aquele jantarzinho romântico com aquele *boy*, a gente fazer aquele jantarzinho romântico com o marido, com aquela ervinha colhida na horta, não é legal?

Então, pessoal essa questão da horta é uma coisa séria, porque a horta tem a ver com o meio ambiente e tem a ver com a moradia também. Estamos falando da horta que pode ser a geração de renda, ou seja, estarmos ganhando dinheiro com a horta. Ela pode proteger o meio ambiente, porque também tem áreas verdes. Ela pode ser também para poder educarmos as crianças a ter uma alimentação melhor, sim, porque se fizermos os nossos filhos plantarem a sementinha da cenoura e verem brotando a cenoura, e depois comerem a cenoura, eles vão ter uma memória, uma relação afetiva com a comida muito diferente, não é verdade?

Então, estamos falando de educação, de geração de renda. Estamos falando também de hortas, que mulheres que se sentiam sozinhas, deprimidas, ou sofreram violência, encontraram na horta um refúgio de um carinho, de um acolhimento de pessoas, e puderam se reerguer e também ter autonomia. Então, estamos falando de horta perto de comida, perto da comunidade, perto da nossa casa, como geração de renda, como autonomia feminina, como segurança alimentar, como educação e meio ambiente. Só que aí, aqui na mesa, essas coisas precisam ser construídas junto com vocês, sim. Vocês vieram aqui para falar ou não? E vocês vão falar, porque agora quem vai parar de falar sou eu.

Vocês que têm que falar, vocês têm que ser ouvidos e essas políticas de hortas. A política de horta não foi adequada em muitos momentos, porque obrigava um agricultor a dar cinco mil pés de alfaces e ele não conseguia dar os cinco mil pés de alfaces para alimentar uma escola. Então, essa política tem que ser discutida com vocês. Vocês têm que ser ouvidos e têm de exigir serem ouvidos.

Outra coisa, será que a gente tem beterraba o ano inteiro? A gente tem milho, mandioca, o dia inteiro? Não, mas a política obrigava a ter o ano inteiro, esquecendo que as estações do ano mudam, e não tem mandioca, nem milho o dia inteiro. Então, vocês precisam ser escutados e vocês estão aqui valorizando a voz de vocês. Sejam muito bem-vindos para botar a boca no trombone, pessoal.

Parabéns por estarem aqui e exercerem a cidadania.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilhosa. Obrigada, Luciana, ouvir a Luciana me dá muita alegria, porque eu sei como é difícil fazer horta urbana em São Paulo e como Parelheiros é uma potência nisso. A região da zona Sul é uma potência para pensar horta urbana e agricultura familiar, que infelizmente não é explorada no seu máximo.

Temos mais dois convidados na Mesa, peço para que todos se mantenham após os dois últimos convidados e vamos ter as falas das inscrições, está bem?

Vou passar aqui, por favor, ao Walter, para fazer uso da palavra com a gente,

representando a Subprefeitura de Parelheiros. (Palmas)

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Boa noite, pessoal. Tudo bem?

Gente, é o seguinte. Muito se falou aqui, mas poucas as conclusões das pessoas que não sabem, na verdade, os objetivos desta Prefeitura atual. O Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, está fazendo uma revolução habitacional. É o maior programa habitacional que São Paulo já teve.

Alguns anos atrás, uma gestão conseguiu fazer 4 mil apartamentos ou moradias em 4 anos. O Prefeito atual, em 1 ano e 4 meses de mandato, já fez 5 mil moradias. Ele acabou de adquirir mais 38 mil moradias para colocar o pessoal que está no aluguel social, para colocar dentro dos apartamentos e sobrar mais recursos para a Prefeitura para poder construir mais. O Prefeito atual é um prefeito humano. Ele tem um coração que se cada um conversasse com ele por dois minutos, se apaixonaria. As mulheres todas vão casar com ele, podem ter certeza.

- Manifestações no recinto.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Agora, eu vou falar um pouquinho de agricultura. (Pausa) Eu gostaria de um pouquinho de silêncio, por favor. (Pausa) Há questão de 20 dias mais ou menos, não me lembro a data exata, nós tivemos uma reunião no Ribeirão, dentro do Ribeirão Colônia. Não vi nenhum de vocês nessa reunião. Ela tratou exatamente sobre agricultura, O.k.? Foram projetados... Alguém aqui conhece a Adesampa? (Pausa) A Adesampa abriu um planejamento onde quem queira fazer a agricultura local vai ter um incentivo. É óbvio que você vai ter que fazer o seu cursinho para você poder administrar aquilo que eles vão te entregar em monetário.

O Prefeito tem atuado em todas as áreas. Mas habitação é uma coisa que ele já falou: barraca não é casa. Isso, vocês têm que guardar que ele fez. Com a Vereadora na Câmara Municipal, aprovaram há poucos dias... O nome do projeto, qual é?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Projeto Pode Entrar, que tem que ser utilizado pelo Prefeito como ferramenta. Infelizmente, ainda não é tão utilizado, Walter.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Então, foi aprovado exatamente para que entrem

em fabricação as moradias. Tem muito projeto bom. Ele está tirando o pessoal de rua, colocando em abrigos, colocando em locais, dando colocação de vida e dignidade para as pessoas. Ele está há 1 ano e meio lá. O déficit habitacional hoje é de 340 mil unidades. No término do mandato dele, ele havia programado 49 mil moradias; esse número já está em 107 mil moradias, que é um terço do déficit habitacional de São Paulo em apenas dois anos. E ele vai cumprir, porque o que ele fala ele cumpre, *O.k.?*

Ele não consegue, em 2 anos, fazer 350 mil moradias, como falei antes. Uma administração em 4 anos, fez 4,9 mil moradias. Ele já ultrapassou isso há muito tempo. Então, nós temos que ter a consciência de o pessoal que precisa de moradia ter moradia; mas eu conheço muita gente que pega a moradia, põe lá e aluga para outra pessoa. Vai lá, corre atrás e aluga para outra pessoa. Está cheio disso. No meio de nós, está cheio disso. Isso é um problema que vocês também podem ajudar a administrar, denunciando. Eu particularmente conheço e já denunciei; deu resultado. É por aí. Você pode diminuir o déficit habitacional, como ele está fazendo, mas ele precisa realmente de vocês.

Em relação à nossa área, infelizmente, a degradação está muito grande; infelizmente. Estão fazendo as ocupações, as moradias. Você citou coisa de 30 anos atrás, vou falar da Tata. Ela conseguiu um benefício lutando com a associação dela, colocou asfaltamento no bairro dela todinho, água e esgoto com a ajuda do então Vereador Ricardo Nunes. Ele, como Prefeito agora, fez a parte de pavimentação desse bairro todo. E vocês, nos bairros, vão conseguir as coisas através da regularização fundiária. É a regularização fundiária que vai dar legitimidade para vocês construírem, terem suas escrituras, terem água e esgoto, coleta de lixo e tudo o mais.

Então, não adianta a gente fazer um monte de audiência se não tiver uma organização em que cada um tenha o seu grupo, a sua entidade para brigar pela regularização fundiária, que é a única coisa que vai conseguir melhorar a moradia.

Gente, eu poderia falar de mais coisas. Planejamento e desenvolvimento urbano cabe muito nessa questão ambiental. Ela é pura, totalmente pura. Nós não temos um bairro

planejado em São Paulo. Os extremos são ocupados, zona Leste e zona Sul. Por quê? Encarece o centro e ele se expande para a periferia.

Outro projeto que está para ser aprovado agora: o Prefeito vai pegar os prédios que estão vazios na cidade e transformá-los em moradia. Isso vai vir ao longo do tempo. Tem que passar na Câmara, é complexo, não é em um estalar de dedos. Tudo na Câmara é complicado, (dirigindo-se à Vereadora Luana) ela sabe disso, ela faz oposição, ela briga para caramba, a gente conhece isso.

- A Vereadora Luana Alves manifesta-se longe do microfone.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Vai entrar. Vai entrar tanto esse projeto como o projeto de gratuidade dos ônibus para toda a comunidade.

- A Vereadora Luana Alves manifesta-se longe do microfone.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Então. Mas existem grupos ligados a vocês, não vou chamar de esquerda, pode ser o contrário: eles são contra qualquer coisa que a gente tente fazer. E eu falo: o Prefeito está trabalhando muito para colocar isso em ordem.

- A Vereadora Luana Alves manifesta-se longe do microfone.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Mas por quê? Ele conseguiu provar para vocês que lá era extremamente necessário e ele vai provar também que é extremamente necessária a gratuidade dos ônibus, assim como a construção...

- Manifestação do público.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Você vai ter a sua hora de falar. Então, por gentileza, eu peço um pouco de silêncio para que todos possam ouvir o que a gente está falando.

- Manifestação do público.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – Então, esse projeto vai entrar na Câmara para a regulamentação dos prédios, mas em tudo eu dependo da Fazenda, você sabe disso (dirigindo-se à Vereadora Luana Alves). Ele depende da Fazenda, ter dinheiro em caixa para poder fazer isso. Dinheiro até tem, não vou negar, tem; mas as ações...

- Manifestação do público.

O SR. WALTER RUIZ DELGADO – As ações de saúde, construção de hospitais, UPA, AMA. Nós tínhamos 3 equipamentos nessa região há 6 anos, hoje nós temos 38 equipamentos. O Prefeito está trabalhando muito, gente. A única coisa: ele não divulga para vocês porque ele é uma pessoa que faz, ele não gosta de falar. O lema dele é: eu faço, eu não falo. Me desculpem, mas esse é o nosso Prefeito. Excelente Prefeito, o melhor administrador que nós tivemos até hoje no município de São Paulo. Eu posso lhe garantir: vai terminar 2024 com 107 mil moradias entregues para a população. Boa noite e obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Walter. Agradeço sua fala.

Pessoal, peço a paciência de todos, que todos se mantenham na audiência. Vou passar para o último convidado da Mesa, antes dos participantes inscritos aqui na hora.

Tem a palavra o convidado Denis, da Frente nacional de Luta Campo e Cidade.
(Palmas)

O SR. ODENIL GONÇALVES LEONEL (DÊNIS) – Vamos lá, pessoal. Boa noite a todos e a todas.

- Manifestação do público.

O SR. ODENIL GONÇALVES LEONAR (DÊNIS) – O pessoal que anda comigo já sabe que eu tenho um defeito de fábrica. Então, se puderem garantir silêncio, eu agradeço. Vamos lá?

Primeiramente, acho que ficou bem claro na fala do representante da Prefeitura que nós temos um excelente Prefeito. Eu vou me atrever a falar um pouco. Não sou tão bonito quanto o Prefeito, mas vou falar um pouquinho do que a gente pensa enquanto moradia social. Algumas coisas foram faladas nesta Mesa, e eu não vou perder muito o foco, porque senão a gente vai ficar em uma retórica sem fundamento. Somos nós falando o que a gente vive no dia a dia, e ele falando o que o Prefeito vem fazendo, mas a gente ainda não viu. Não sei se é defeito nosso, mas essas casas ainda não chegaram na zona Sul. Deve ter chegado para lá.

- Manifestação do público.

O SR. ODENIL GONÇALVES LEONAR (DÊNIS) – Então, a gente vai fazer as

contestações de fatos. Se tem tanta casa entregue na zona Sul, acho que nós ali no Marighella 1, no Marighella 2, Jardim Iporã, o pessoal que foi despejado agora, mais de 60 famílias foram para a rua, a FNL está atendendo essas famílias. É assim: Até agora, não chegou. Então, a gente precisa sentar e discutir onde estão indo essas casas. “Há tantas feitas”. Tudo bem. Parabéns ao Prefeito. É obrigação. Não é favor. Nós pagamos os impostos, mas nós queremos saber onde estão essas moradias.

Outra coisa também que eu acho é que já passou da hora de nós, trabalhadores, termos ciência, é onde começa e onde termina a fila da moradia em São Paulo. E eu estou tendo contato com diversas associações e comunidades aqui, na região, que têm cadastramento desde 2002, e vêm renovando esses cadastramentos periodicamente. E essas famílias não sabem qual é o local onde se encontram na fila, quando serão atendidas e onde será o empreendimento. Então, já levem essa demanda ao atual Prefeito. As famílias precisam de informação.

Quando o senhor coloca que as famílias não estiveram na audiência da agricultura familiar, não estiveram presentes, eu sinto uma falta de comunicação. Se eu sou agente público, eu faria com que essa informação chegasse a todos. Eu acho que a pergunta não é: “Eu não vi que vocês não estiveram.” A pergunta é: “Todos foram informados?” (Palmas)

Então, aí fica a dificuldade, mas vamos retomar ao que eu vim discutir. É o mais importante.

Pessoal, nós, da FNL, chegamos aqui à zona Sul há pouco tempo. Estamos aí há quatro meses. A FNL está espalhada hoje em 17 Estados. Nós temos alguns projetos de moradia que deram certo, no interior paulista, na cidade de Alagoas e na cidade do Paraná. Então, já deixem o convite aos pesquisadores, ao pessoal do Direito à Cidade e a nossa companheira da agricultura familiar, para a gente discutir isso juntos.

Por que eu falo isso? Na semana passada, a FNL conseguiu, dentro da Justiça, quando a gente apresentou o mesmo projeto que nós queremos apresentar aqui, na zona Sul, que são de casas de fácil construção aos trabalhadores, que estão em local de sensibilidade ambiental e nós conseguimos comprovar que é possível moradia social em área degradada do

meio ambiente. Por que eu falo isso? Nós temos um problema aqui na zona Sul, que eu vou deixar bem claro e, se eu estiver mentindo, vocês me corrigem. Vai haver um espaço ali para falar. Hoje, na zona Sul, são inúmeras as ocupações irregulares da especulação imobiliária predatória e criminosas.

O que a Secretaria do Meio Ambiente está fazendo junto à OIDA? Está demolindo essas casas e removendo essas famílias, sem haver a destinação desses trabalhadores. Quero deixar bem claro e frisado isso. E essas áreas continuam ociosas. Vocês sabem o que vai acontecer? No ano que vem, outro grupo de especuladores estarão em cima do imóvel, fazendo novamente o mesmo crime, de venda de lote irregular. Isso é de fato. Vocês podem anotar - é um besta falando hoje - vocês podem anotar que as áreas que estão sendo reintegradas, de maneira... Não vou ser muito taxativo, mas falta até um pouco de compaixão aos trabalhadores, que pagaram e foram enganados por alguns grupos, que estão indo para a rua.

Hoje, na zona Sul, passa de seis mil o número de famílias que estão prestes a serem reintegradas. Então, é assim: Nós estamos discutindo reintegração de posse sem os apartamentos estarem prontos e sem saber quais serão as famílias destinadas nessas habitações. O que a FNL vem propor? Que haja uma discussão entre a Secretaria de Meio Ambiente e os movimentos organizados na discussão, para que essas áreas degradadas não fiquem novamente à mercê da especulação irregular. Esse é o primeiro projeto.

Segundo: A universidade, a UEPG, Universidade do Paraná, fez o estudo. São casas que têm o teto verde. Vêm discutindo a não impermeabilização do solo, vêm discutindo a retomada, revivendo as nascentes que lá havia, para que a gente consiga, em consenso com o meio ambiente, preservar e garantir a sustentabilidade das moradias. Esse é o segundo ponto.

Outro ponto também que é bom de se discutir, que é importante se discutir é que, desde quando nós, da FNL, chegamos, à zona Sul, nós estamos sendo crucificados. Por quê? “Dênis, você ocupou a área particular, você ocupou a área de empresa de transporte.” Primeiramente, a primeira área se encontrava ociosa há mais de 20 anos. Quem está ocupando a Casa Marighella hoje sabe do que eu estou falando. E não adianta falar para mim que é uma

área de preservação ambiental, porque você não tem que falar para mim. Vocês têm que falar para a empresa de ônibus, a Transwolff, que são trabalhadores que estão sendo enganados. (Palmas)

Por que falo isso? Porque se diz que lá será construída moradia para esses trabalhadores. É mentira. Nós estivemos na Secretaria de Meio Ambiente, eu e a Vereadora Luana, entre outras testemunhas e ficou bem claro o seguinte: Se não se mudar o Plano Diretor e aquela área passasse a ser Zona de Interesse Social, não haverá nenhum investimento de moradia, nem particular, nem social. Isso tem que ser deixado bem claro, porque eles não sabem, e é bom que saibam disso.

Outro ponto que é importante de se falar é que a garagem da São Camilo está lá há mais de 20 anos. São 1.188 trabalhadores que não receberam direito trabalhista. Trabalharam a vida toda e não foram ressarcidos quando a empresa abriu falência. Foi discutido se colocar o Hospital de Parelheiros lá. O pessoal da Saúde que está aqui sabe do que eu estou falando. Não é isso? O projeto não foi para frente. Deixo isso claro. As pessoas têm que saber, porque dizem que lá é uma área ambiental, onde não pode ser construído nada, porque há supressão de nascentes. Então, vamos abandonar lá mais 40 anos. Se é esse o objetivo da atual gestão, parabéns. Nós, enquanto FNL, estamos dizendo o seguinte: “A área está abandonada. Nós queremos propor um projeto, e esse projeto pode servir a todos de qualquer associação que esteja na zona Sul.” Não é necessária a remoção de mais de sete mil famílias para beneficiar a especulação imobiliária. Com todo respeito à atual gestão, a quem está presente na mesa, antes de a gente falar de moradia social, nós temos que falar do que é a história da moradia no Brasil. Nós temos que parar se ser massa de manobra da especulação imobiliária, porque estão vendendo para a gente duas vezes. Estão falando em comprar mais de 35 mil unidades do investimento privado, sendo que aqui, na zona Sul - tive informação aqui com alguns companheiros - são mais de 27 áreas públicas, no qual dariam para destinar - adorei a proposta do companheiro - desses 27 imóveis 50% para a Saúde, porque são tantas UBSs que estão alugadas que são dois milhões e não sei quanto trá-lá-lá jogado fora por mês. Daria para se

destinarem 12% disso à moradia social, que já não seria a solução, mas já daria um alívio aos trabalhadores. E o restante dá para discutir a Cultura e dá para discutir o Esporte. Agora, do jeito que está, não dá.

Há outro ponto muito importante a ser deixado bem claro. Se, nas reuniões do Plano Diretor, não está havendo a participação dos trabalhadores, é porque entre trabalhar e ganhar o dia, que é diária e vir a uma audiência, as pessoas precisam comer, precisam trabalhar. Então, assim, para as audiências que estiverem daqui para frente, eu já coloco bem claro: “A FNL estará em todas.” (Palmas)

Já recebemos o convite. O nosso companheiro da MRFU, que é o Dr. André, já fez o nosso convite para a próxima audiência. Nós, da FNL, estaremos lá. Não importa se é de ônibus, não importa se é a pé. Nós estaremos, em Santo Amaro, fazendo frente ao capital, pois não seremos novamente massa de manobra da especulação imobiliária. Já basta o que fizeram, muitas vezes, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Eu vou falar lá no interior. Lá, no interior, os nossos projetos de Minha Casa Minha Vida, ficam a 20 quilômetros do centro expandido. Aqui, em São Paulo...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ODENIL GONÇALVES LEONEL (DÊNIS) – Então, já vou encerrando. Acho que eu não tenho mais nada para falar. Acho que ficou bem claro. Então, passo a palavra para os companheiros. (Palmas)

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, vou aqui, então, chamar, dar início às inscrições.

Quero falar que temos mais de 20 pessoas inscritas. Peço para o pessoal da Mesa me ajudar, para que os três minutos sejam cedidos a todos e, assim, todo mundo escuta antes do horário de findar a audiência para fechar o CEU, *okay?*

Vou chamar, primeiro, a Sra. Marisa Santilli, peço que venha próxima ao microfone, com o rapaz ali de *blazer*. Pessoal, antes de a Marisa falar, todo mundo me escuta bem?

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Vamos encerrar as inscrições na fala dela. Portanto, aproveitem para se inscrever, ali na mesinha azul, enquanto ela se pronuncia. Assim que ela terminar de falar, as inscrições se encerram, *okay?* Vamos, então, todos nos escutarmos. A palavra é sua.

A SRA. MARISA SANTILLI – Boa noite à Mesa, boa noite Vereadora, seja muito bem-vinda. Boa noite a todos. Parabéns, estamos todos juntos.

Muitas das coisas que foram faladas à Mesa, vejam, eu não vim discutir política, isso em primeiro lugar. Fiz de tudo para vir hoje para falar de habitação, certo? Nós clamamos isso há muito tempo: um projeto de habitação para Parelheiros.

Não estou aqui para fazer política, repito. Estamos numa audiência pública, então, vamos respeitar quem for falar.

Sr. Walter, meus parabéns por suas palavras. Acompanho o Prefeito Ricardo Nunes, ele está de parabéns. Ele tem feito muito pela região. Moro há 35 anos aqui. Não sou nascida aqui, mas estou vendo, desde que moro na região, todos os problemas que temos, e muitas dessas questões a Mesa expôs, mas há tantas que eu também não concordo. Mas tudo bem.

Na realidade, vim falar sobre o problema da regularização fundiária. É algo muito importante. Antes da gente invadir a terra dos outros, temos de pensar que mais para a frente temos de ter os nossos títulos.

A nobre Vereadora falou, aí à Mesa, que tivemos, há muitos anos, uma regularização fundiária. Na zona Sul, de Grajaú para cá, nunca tivemos nenhuma regularização fundiária. Tivemos, sim, em Campo Limpo, Capão Redondo, para aquele lado de lá da zona Sul. Do lado de cá, nunca tivemos.

Então não adianta falar que vão fazer isso, vão fazer aquilo, e ainda aquilo outro, sem ter a regularização fundiária! É o que nós clamamos: regularização fundiária! Antes da gente ocupar mais espaços, queremos regularização fundiária!

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, por favor, vamos respeitar o tempo de cada um.

A SRA. MARISA SANTILLI – Em 2009, quando passou o Rodoanel, muitos de vocês acho que não estavam aqui. Tínhamos um grupo - Fórum da Vida - e, na época, havia um promotor, que fez uma pequena comissão e nós fomos até falar com o governador. Foi dada para nós a oportunidade de liberarmos a Estrada do Colônia como um todo, para que pudéssemos fazer os nossos projetos de habitação.

Portanto, já temos muitos lugares, como o senhor falou, regularizados! Gosto muito da sua palavra nesse sentido. O senhor disse muita coisa que, realmente, se formos trabalhar, vamos conseguir.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Concluindo, por gentileza.

A SRA. MARISA SANTILLI – Pois não. Mas tem outra coisa importante, muito importante mesmo, que é o projeto de habitação para nossa Subprefeitura de Parelheiros. É o que nós queremos: ter casa, moradia decente, para todas as pessoas como a senhora falou.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Marisa.

A SRA. MARISA SANTILLI – A Mesa teve 20 minutos, nós só vamos ter três. Sr. Walter, parabéns ao Prefeito Ricardo Nunes, ele merece todo o nosso respeito.

- Manifestação do público.

A SRA. MARISA SANTILLI – E viva Ricardo Nunes! Viva Ricardo Nunes!

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, por favor, Obrigada, Marisa, por favor, devolve o microfone.

A SRA. MARISA SANTILLI – Nunca tivemos um Prefeito igual a ele.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Por favor, Marisa.

Pessoal, por favor, vou pedir novamente para que todas as pessoas respeitem o tempo de fala, são três minutos.

Vou chamar a próxima pessoa, é o Sr. Cícero Rodrigues da Silva, do Movimento

Popular de Saúde Parelheiros - Marsilac. Sr. Cícero, por favor.

O SR. CÍCERO RODRIGUES DA SILVA – Boa noite a todas e a todos.

Cumprimento todos à Mesa, mas a salva de palmas é para todos vocês que estão aqui nessa luta, empenhados para a transformação de que seja incluído no Plano Diretor da Cidade, a melhoria daqueles que mais precisam na nossa região.

- Manifestação do público.

O SR. CÍCERO RODRIGUES DA SILVA – É o seguinte: estamos falando de todos os temas que são de interesse para serem colocados no Plano Diretor, mas não estamos vendo sendo discutidas políticas públicas para o interesse social. É importante que observemos isso. Quais as políticas públicas que existem para a moradia? Que política pública tem para a educação? Quais as políticas sociais para a saúde? E para os outros setores, como o esporte, lazer e cultura?

Temos de abrir os olhos, pois só daqui a 15 anos é que vamos discutir o Plano Diretor novamente. Então, o que fizermos hoje é de grande interesse para a sociedade civil. Temos de ver o que é mais importante para todos nós, de todos os outros importantes, porque não dá para fazer todas as coisas ao mesmo tempo. Temos de debater e reivindicar o que é de direito, pois todos nós pagamos nossos impostos.

Ainda assim quero ressaltar outro tema. Por exemplo, fizemos o levantamento das áreas públicas, ou seja, áreas da Prefeitura, pois são 23 terrenos, ou seja, 23 áreas públicas daqui, da Subprefeitura de Parelheiros, que podem ter interesse e serem usadas, de acordo com a necessidade da população. Tem de ter projeto! De que adianta ter dinheiro lá no cofre da Prefeitura, mas não ter projeto?

- Manifestação do público.

O SR. CÍCERO RODRIGUES DA SILVA – Então, tem de ter projeto.

Ressalto isso aqui para vocês, gente. Eu mesmo tenho proposta. Tenho proposta que pode ser incluída no Plano Diretor, uma discussão maior nesse sentido. Por exemplo, na saúde temos 19 equipamentos na nossa região que são locados. A qualquer momento, esses

locais podem ser reivindicados pelo proprietário, que pode dizer assim "olha, aqui está irregular", daí fecha-se a unidade de saúde, igual aconteceu com uma creche aqui, em Paralheiros. Por quê? Porque não está dentro da regularização. Tem de regularizar, tanto a moradia, como também esses locais.

E esses terrenos da Prefeitura têm de ser direcionados para interesse social, interesse para o povo, antes que ele seja degradado, ou seja, entregue para a iniciativa privada, sem ter uma discussão das políticas públicas para o povo. Então, ressaltado, aqui, por exemplo, para a saúde: teria de ser direcionado - uma sugestão - 50% dessas áreas públicas, para atender a questão da saúde, para esses equipamentos, pois as pessoas ficam doentes. E 21% para a educação, pois - igual à creche que já fechou aí -; para a moradia, pelo menos 12%, pois não tem projeto nenhum para nossa região. Pelo menos 12%, ou mais.

- Manifestação do público.

O SR. CICERO RODRIGUES DA SILVA – Temos de lutar por isso. Além das áreas degradadas, igual ao que o companheiro colocou aqui, de que temos de lutar por isso também.

Estou finalizando minha fala, mas acho importante incluir no Plano Diretor da Cidade a importância que tem Paralheiros. Porque não adianta as pessoas só fazerem invasão, e não ter um projeto pela Prefeitura, porque, como já falei, as pessoas pagam seus impostos. *Okay?*

Obrigado a todos vocês e espero que seja ressaltado o que nós fizemos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Cícero.

Próxima pessoa é o Zito Pereira.

O SR. ZITO PEREIRA – Primeiro, boa noite a todos. Boa noite à Mesa, em nome da Vereadora Luana; nosso camarada Fernando Bike, que a gente já conhece há muito tempo. Mas, o parabéns principal vai para vocês, pois sem vocês não tem audiência, não tem nada na cidade de São Paulo e em nenhuma cidade do Brasil.

Vivemos em Paralheiros e Marsilac. Temos o pior índice de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo Na verdade, desenvolvimento humano da cidade de São Paulo: Marsilac e Paralheiros.

Vivemos numa região de 350 quilômetros quadrados. Contribuímos com 40% da água da cidade de São Paulo, e só temos 30% de saneamento básico na região. Isso é uma verdadeira vergonha para a cidade de São Paulo.

- Manifestação do público.

O SR. ZITO PEREIRA – Construíram o Rodoanel, desmataram. A Dersa falou que ia dar uma área de compensação e nunca deu para nossa região aqui, uma região rica em água, rica em desenvolvimento, que poderia ter o maior turismo da cidade de São Paulo e não tem por falta de investimento.

Outra coisa é a questão do Hospital de Parelheiros, muito mal localizado, muito difícil de se chegar e que até agora só funciona em torno de 50%. É outra vergonha, porque já foi inaugurado há muito tempo e não tem um funcionamento de verdade.

Sobre a questão que foi falada aqui de que tem um valor maior para a regularização fundiária, é superimportante ter uma regularização fundiária, sim, só que nós estamos passando por um momento muito difícil com a questão do IPTU. Muita gente aqui não está sabendo, mas tem pessoas recebendo multa de 80, cem mil reais. Muitas pessoas estão com problema de depressão, e eu conheço famílias com renda de 1.800 reais e, se o valor do IPTU for dividido em dez vezes, vão ter que gastar 2.100 por mês. Como essas famílias vão pagar? Não adianta ter IPTU sendo que as pessoas não podem pagar. Drones estão sobrevoando as casas para registrar as áreas construídas para depois cobrar o IPTU retroativo de cinco anos. “Tomem aqui para vocês pagarem: 30 mil, 50 mil, cem mil”. Mas as pessoas não conseguem pagar. Prefeito Ricardo Nunes, olhe pra esse povo.

Também superimportante é a questão do aluguel social de 400 reais. Quem vai conseguir alugar uma casa por 400 reais, minha gente? Não tem condições. Por 400 reais só dá para alugar um cômodo com um banheiro; isso se encontrar.

Sobre apartamentos, todo mundo está feliz em construir apartamento, mas o cara vai ter que pagar durante 30 anos, sendo que os apartamentos são construídos em regiões sem infraestrutura nenhuma, sem saúde, sem transporte, sem educação, sem nada. Que levem

infraestrutura para as regiões e depois, sim, construam os apartamentos.

Obrigado a todos. Boa noite e até a vitória.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Zito. (Palmas)

Agora, para fazer uso da palavra, eu vou chamar o Sr. Natal Dias.

O SR. NATAL DIAS – Que maravilha! Parabéns, Dênis, isso sim é movimento. Parabéns, Vereadora Luana.

Eu acho impressionante como o Victor roubou as minhas palavras. A Dra. Andreia, do Conselho Municipal de Habitação está aqui, e o que a gente vê é só induzirem o povo. Eu estive como o Walter, com o Prefeito Ricardo Nunes e com o Secretário de Habitação, e o Dênis fez uma fala sobre a inscrição na Cohab. Isso é uma patifaria, porque a pessoa às vezes até falta ao emprego para fazer a inscrição e não tem retorno.

Outra coisa importante a falar é que tem muito projeto que veio da gestão Bruno Covas, e muita gente está querendo levar vantagem.

Nós estamos tentando ver um projeto social que dá para o pessoal pagar, mas o projeto diz que vai ter que pagar durante 30 anos. Eu, que tenho 60 anos, vou terminar de pagar quando eu tiver 90 anos, mas até lá eu já estarei morto. Isso é brincadeira. Antigamente eu tinha esse pessoal, mas hoje eu não tenho mais esse movimento tão grande assim. Hoje existe o Movimento de Moradia da Zona Sul. Não tem problema nenhum falar que vão invadir os prédios, só que vai encher de polícia lá. Nós temos que ser atrevidos e ir para cima deles e, se precisar, nós estamos juntos.

Parabéns, pessoal. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Natal.

Tem a palavra a Sra. Lindaura, conselheira do Hospital Parelheiros.

A SRA. LINDAURA DA SILVA MACIEL – Boa noite.

Parabenizo todos pela união. Nós temos que nos unir, porque nós moramos em um bairro que pertence à capital de São Paulo e faz divisa com Embu-Guaçu e Capela do Socorro. Queremos ter direitos iguais. Não é justo. Eu participo dos movimentos sociais aqui desde 1989,

e as conquistas que nós tivemos foi com muita luta. Eu gostaria de falar para nos unirmos cada vez mais, porque não dá para continuarmos passando sufoco na área da saúde. Na unidade mais antiga, a UBS Parelheiros, que fica próxima ao terminal de Parelheiros, nós estamos tendo sérias dificuldades. Não conseguimos agendar nem com o clínico-geral. Nós temos 11 bairros que têm como referência a UBS Parelheiros, e não dá para nós aceitarmos não termos direito a especialidades também; até quem faz tratamento com psiquiatra está sendo encaminhado para as UBS, que não têm a menor estrutura. Só tem o nome de “AME” o prédio onde funcionava a AMA, que depois passou para UPA ao invés de ter unidades de especialidades. É o maior sufoco para ser atendido.

Eu faço parte do Conselho do Hospital, estou no segundo mandato. Comecei em 2002 e acompanhei toda a luta da construção do hospital e de outras melhorias. E por que foi mais importante fazer ali? Porque foi o único terreno maior que tinha para se fazer um hospital com 257 compartimentos, e nós queremos que ele funcione de acordo com nossas necessidades. Não dá para nós ficarmos mendigando vaga e não termos o direito de passar com um médico clínico geral ou não ter um médico de crianças e adolescentes.

Então, nós temos que nos unir também pela saúde além do direito à moradia, porque, se nós moramos em um bairro que pertence à capital, nós temos que ter direitos iguais. Eu moro na Estrada da Colônia porque eu lutei, trabalhei, consegui comprar e tenho escritura. A minha família mora no Santa Fé, mas eu também tenho uma casinha lá, porque é terreno herdado dos meus sogros falecidos, apesar de não ter sido feito o inventário. Lá eu consegui dar aula de costura e aqui onde eu moro também. Por 15 anos eu fiquei como presidente do bairro e agora vou continuar como conselheira de saúde e só vou parar quando Jesus decidir que não dá mais para mim, porque sem luta não há vitória.

Eu gostei de ver a união de hoje, mas vamos nos unir mais e fazer valer os nossos direitos, porque nós pagamos impostos e não estamos pedindo nada. O preço das coisas está um absurdo, e o imposto que nós pagamos tem que retornar em serviço para nós. Eu não abro mão dos nossos direitos e gostaria que vocês também não abrissem. Eu fiz parte de todas as

lutas sociais e tenho documento para provar; se alguém tiver dúvida, eu falo o nome de 99% dos bairros, onde começam e onde terminam, inclusive o nome das ruas do bairro em que eu fui presidente, o Santa Fé.

Eu parablenizo todos vocês. Unidos somos mais fortes. Estamos juntos na luta. Obrigada pela oportunidade de eu estar aqui hoje. Eu vim direto da reunião do Hospital de Parelheiros, que acontece toda terceira quarta-feira de cada mês, das 14h às 16h. Todos estão convidados e, apesar de não poderem votar, podem dar opinião. Nós, conselheiros, votamos naquilo que for melhor para a comunidade.

Eu vim do interior; cheguei em São Paulo em 1971 e nunca deixei de lutar. Passei pela Câmara Municipal e pela Assembleia Legislativa, mas nunca usei o meu crachá para me exibir. Agora estou com o crachá do hospital, assim como o meu marido, para representar as pessoas que têm deficiência.

Novamente, parabéns pela reunião, muito bem-organizada. Eu tenho participado de reuniões, mas esta está de parabéns pela união e participação.

Obrigada e boa noite. Feliz ano de 2023 para nós. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sra. Lindaura.

Pessoal, é muito importante o que ela acabou de falar de falar sobre o Hospital de Parelheiros: toda terceira quarta-feira de cada mês tem reunião lá. É importante todos participarem.

Tem a palavra a Sra. Tata Silva, coordenadora-geral do MRFU.

A SRA. TATA SILVA – Boa noite a todos. É bom a gente ver este espaço lotado de pessoas que acreditam em lutar por aquilo que elas acreditam.

Eu não vim aqui hoje para falar nem do Prefeito nem dos Vereadores. Eu vim aqui hoje para falar de moradia. Moradia. Porque se fala muito no Plano Diretor. Fala-se muito também o Prefeito e muitos outros estão falando muito sobre moradia, mas gostaria de saber: por que não estão falando sobre regularização fundiária dos bairros? Porque parece que querem que a gente continue na irregularidade.

Moro num bairro que não está regularizado. Acho que poucos aqui moram em uma casa regularizada que tenha a escritura dela. Então eu gostaria de saber, Vereadora, quando se dará um processo de regularização fundiária dos bairros que a gente mora. Porque é muito fácil vir aqui. Sempre a gente faz audiência e é sempre a mesma coisa: fala-se muito e não se faz nada.

Não tem um projeto habitacional para Parelheiros e nem para Capela do Socorro. Está tendo um lá, mas é um tantinho assim para uma multidão de gente que precisa morar. A minha luta sempre foi e sempre será pela moradia, porque junto com a moradia, com a regularização fundiária, com a urbanização do bairro vem tudo aquilo que a gente tem direito.

O meu direito não pode ser usurpado, não pode ser roubado. Isso é roubo. Isso é roubo. Estão roubando meu direito de ter água, estão roubando o meu direito de saneamento básico, estão roubando o meu direito de ter pavimentação, estão roubando meu direito de ter uma escola, de ter uma creche e ter um posto de saúde e ainda quer que a gente bata palma. Ainda quer que a gente abraça e não dá para abraçar.

A gente precisa de regularização fundiária. A gente precisa da escritura da nossa casa. Vou repetir mil vezes: eu não posso receber uma conta. Sabe o que acontece lá no Manacá? Tenho 600 famílias e tem também a ocupação da linha. Quem é da ocupação da linha do trem aqui? Essas pessoas estão lá. Tem um prazo, agora, acho que de cinco a 10 dias para serem removidas e sabe quem foi lá? Foi a Secretaria da Segurança com aqueles caras fortes e foi lá também a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Eles dizem que o pessoal do Conselho Tutelar foi avisado. Eles dizem que a pasta de habitação também foi lá, mas não tinha ninguém.

Então, gostaria de saber quando vai ser resolver isso, Vereadora. A gente está aqui para falar. Gostaria também de reivindicar mais um tempinho porque é uma injustiça uma pessoa que lida todo dia nas periferias desta cidade ter três minutos para dizer que a gente não tem nada. Quando digo que não tem nada, é porque não tem água, não tem luz, não tem esgoto, não tem casa regularizada, não tem moradia, não tem direito nenhum garantido nem assistido pelo Poder Público.

Então, gente, entendam uma coisa. Se o povo não for para a luta, não for brigar pela sua casa, pela sua moradia, a gente vai pra rua. A gente vai ficar sem ela, então, vamos lutar. Regularização fundiária já.

- Manifestação do público. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira. Pessoal, agora é Dr. Alan.

O SR. ALAN MINUTENTAG – Boa noite a todos. Parabênzo a todos, principalmente os que lutam pela moradia. Sou advogado na região da zona Sul. Sou especialista na área ambiental e de regularização fundiária.

A Prefeitura de São Paulo não quer fazer regularização fundiária. É pura especulação imobiliária. Eu sei disso. Eu faço parte de um grupo de estudiosos a nível nacional e pessoas da Prefeitura faziam parte do nosso grupo e eles saíram porque foram criticados. Palavras de um Desembargador da Bahia.

Vamos fazer regularização que traz o que para a população? Melhoria e saneamento básico. Em São Paulo, não querem. Como se resolve isso? Os próprios Vereadores votando projetos de lei flexibilizando regularização na nossa área. Em mananciais, área de proteção ambiental dá para fazer regularização com os estudos ambientais para fazer o uso sustentável da área. Dá para fazer sim.

Vou dar um exemplo. O Parque dos Búfalos é no meio da represa. Tem mais de 10 nascentes. Foi aprovado pela Prefeitura. Ministério Público entrou com Ação Civil Pública, ganhou, foi validado pelo TJ de São Paulo. Então, se dá para fazer lá, dá para fazer aqui.

Então, quero saber, Vereadora, qual é o trabalho da Câmara Municipal para flexibilização da regularização fundiária, porque o último projeto de lei de regularização impede regularização em área de mananciais. Se o Ricardo Nunes criou uma Secretaria de Mudanças Climáticas, é ela que está derrubando as casas em São Paulo. O Secretário faz vídeo se vangloriando com os tratores derrubando as casas.

Eu e esse rapaz pequenininho ficamos em frente dos tratores e apanhamos da

Polícia Militar Ambiental e da GCM para defender várias moradias. A Tata presenciou e se não fosse esse ato - por isso que eu falo da luta -, mais de três mil moradias estariam no chão se não fosse o trabalho de várias pessoas em conjunto do nosso escritório, a Arfur, a Presidente da Associação de Moradores de toda essa região. Temos liminares da Justiça que impedem as operações, mas, mesmo assim, esse Secretário fazendo vídeo no TikTok para ficar famoso em cima de tratores, em cima de viaturas da Polícia Militar fazendo graça derrubando casa de trabalhador.

Ninguém quer estar nessas áreas, não, sofrendo. Mas estão lá porque não tem outro lugar para ocupar. Ninguém tem dinheiro para financiar no Banco, por isso que estão lá.

Agora, vou cobrar da Vereadora Luana qual o projeto que tem para flexibilizar a regularização na zona Sul? Porque a Prefeitura, gente, esquece. Esquece.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Alan.

Agora, André Araújo.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Boa noite a todos e a todas. Saúdo a nobre Vereadora Luana Alves, que preparou esta audiência. Foi uma grande batalha. Vou entregar, ao final da minha fala, as nossas propostas.

O Plano Diretor Estratégico é o principal instrumento de planejamento da cidade de São Paulo. Quando foi votada a Lei 17.734, de 2022, no dia 11 de janeiro foi publicado, enviei para cada Vereador da cidade de São Paulo um projeto substitutivo. Por quê? Além das restrições em área de mananciais, temos outro problema da regularização fundiária. Qual é o problema? A regularização fundiária que está aí vai regularizar apenas o lote.

Sempre defendi e o movimento de regularização fundiária e urbanização que nós, através de assistência técnica paga pela Prefeitura, poderíamos regularizar as edificações. Estamos falando da quinta maior cidade do mundo, não é uma cidade pequena.

Outra questão é a falácia de dizer que não tem dinheiro. Temos, no ano de 2023, 3.6 bilhões para habitação. A meta para a regularização fundiária de 2016 a 2021 estavam previstos, segundo a Prefeitura no Plano Municipal de Habitação, mas o projeto está parado na Câmara,

619/2016. A meta atingiu apenas 5% daquilo que estava previsto, por isso que nós, do movimento de regularização fundiária, defendemos que o Fundurb destine 15% para urbanização e regularização fundiária. São dois bilhões que estão lá parados. Defendemos do orçamento municipal para habitação e 30% seja destinado para urbanização e regularização fundiária.

Outra situação é a cota de solidariedade. Defendemos total reformulação. Hoje ela é prevista para terrenos a partir de 20 mil metros. Defendemos a redução para 10 mil e que 20% dessa área seja utilizada para Habitação de Interesse Social. Segundo o monitoramento da própria Prefeitura, Vereadora, a Prefeitura não sabe quem vai morar nas Habitações de Interesse Social.

Não conseguimos ainda na cidade de São Paulo aprovar um Plano Municipal de Redução de Área de Risco, um Plano Municipal de Habitação, terminar os corredores de transporte. Por exemplo, hoje eu demorei, do Centro da cidade para cá, duas horas e meia, viu Dênis?

Mas, eu queria, Vereadora, que a senhora pudesse apresentar junto com a Comissão, um projeto substitutivo, as nossas propostas do Movimento de Habitação Fundiária, *okay?*

Muito obrigado. Parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Agradeço. Muito obrigada.

Agora, o Marcelo Ferreira. Depois Cássio Santos.

O SR. MARCELO FERREIRA – Vereadora Luana, em seu nome saúdo a Mesa. Boa noite a todos. Tema importante é a moradia. Parelheiros é um lugar lindo, para quem não conhece, nascentes, temos uma aldeia, é um lugar ímpar, devemos preservar. E para isso o Poder Público deve disciplinar a construção das moradias, todos devem ser atendidos, mas com disciplina.

E o que trago à senhora, inclusive, redigi um documento, protocolei aqui, gostaria que a senhora posteriormente recebesse e consignasse na ata. É um tema de suma importância

para nós todos. Vou falar da mobilidade e vou citar alguns exemplos, quem mora, vamos pegar Barragem; Cidade Nova América, é um bairro recente; Vargem Grande, hoje, tem cerca de 80 mil pessoas e cerca de 30 anos. Há 30 anos atrás Vargem Grande não existia. A Teotônio Vilela, principal via, hoje mudou de nome, antigamente chamava Estrada de Parelheiros, desde a Cidade Dutra até a Praça de Parelheiros. Com o passar do tempo, Teotônio Vilela até o Atacadão Assaí, é o ecoturismo de Parelheiros, é a mesma. Quem conhece o Assaí, na Teotônio Vilela, tem um poste no meio da rua. Aquele poste está há 30 anos ali. Falta gerenciamento do Poder Público.

E o que venho pedir à senhora, encarecidamente, e vou citar alguns exemplos, senão vou extrapolar o tempo, é readequação e alargamento da Teotônio Vilela; duplicação da Av. Belmira Marin, a senhora que morou no Jardim Reimberg, vou citar um exemplo que não está na minha pauta, mas temos a Antonio Carlos Benjamim dos Santos, Jardim Myrna, que vai até o Levi Carneiro, onde começa a Major Leoncio Dias Ramos, só que ela continua e estamos falando de moradia. Há poucos meses, o Prefeito com o antigo Governador, fez a entrega de moradias na Chácara do Conde. Aí quero convidar a senhora para conhecer aquele local, do Levi Carneiro até o empreendimento há um gargalo no trânsito, dificulta a locomoção das pessoas. Então, as pessoas que moram no extremo Sul têm dificuldade para acessar a Estação Mendes-Vila Natal. Quero convidar a senhora também, na saída, passe na Estação, se estiver garoando agora, as pessoas estão na chuva nesse momento. E sugeri que colocassem um mini terminal naquele local para trazer as pessoas para Parelheiros.

Então, o tema é longo, protocolei, está aqui uma via para a senhora. Boa noite a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Marcelo.

Agora, o Cássio Santos. Depois, o Agamenon Gomes.

O SR. CÁSSIO SANTOS – Boa noite a todos, à Mesa, Vereadora, Grupo FML. Parabéns pela luta de vocês; ao Movimento MRFU, parabéns também pela luta, é digna essa luta.

Pessoal, venho trazer aqui uma questão muito importante da regularização fundiária. Todos nós estamos correndo atrás de algo, de um objetivo nesta noite. E o nosso não é diferente, eu moro no Chácara Progresso, faço parte do Conselho Participativo. O Chácara Progresso, hoje, tem 63 anos, e infelizmente é esquecido sim. Não adianta a Prefeitura ir lá, colocar um asfalto, um esgoto mal colocado e não regularizar o Bairro, porque sem a regularização não conseguimos transporte, não conseguimos uma praça, não conseguimos uma escola descente, infelizmente. É o que está acontecendo aqui.

O que estou vendo aqui, hoje à noite, é uma politicagem, é pessoas vindo falar de político "a", político "b". Não estamos aqui para isso. Estamos aqui para falar de regularização fundiária, Chácara Progresso, 63 anos lutando pelo objetivo e até hoje nada. Hoje pedimos um ponto de ônibus, uma criação de linha, aí esbarra sabe onde? Na Sehab, na Cetesb, Secretaria do Verde, vai parando em tudo que é órgão, não conseguimos nada.

Então, vocês estão de parabéns por lutar por isso. Vocês estão de parabéns por brigar por moradia, é digna essa luta de vocês nesta noite. Quero dizer que temos um espaço conhecido como Praça das Palmeiras, e eu falei que vou brigar até o fim por causa dessa Praça, porque eu mando ofício para a Prefeitura e a Prefeitura fala que é área particular, sendo que foi aprovado na LOA 2023, a criação dessa praça, foi viabilizada. Então, eles não querem fazer, vão alegar que é terreno particular, agora, quando foi para meter uma máquina lá, eles fizeram. Agora, quando é para fazer roçagem de terreno, roçagem de quintal, eles fazem.

Então, eu vou convidar a Prefeitura para fazer a roçagem de terreno lá na minha casa, porque se eles fazem em terreno particular, por que não podem fazer essa praça para a comunidade? A comunidade precisa disso, regularização fundiária.

Observação, quando temos uma mudança, um crescimento de população na região, também falamos de transporte. Então também temos de reclamar e brigar pelo transporte em nossa região. É uma vergonha você dar uma entrevista e ver um qualquer lá falando assim, coloca o mapa em cima da mesa e fala assim, você demora somente uma hora e meia para chegar no Centro. Não é ele que anda de ônibus todo dia. Falo isso revoltado, porque não é ele

que anda de ônibus todo dia. Sou eu e você, que saiu da sua casa nesta noite para brigar por regularização fundiária.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, agradeço a fala, Cássio.

Agora, Agamenon Gomes. Depois Professor Chicão. Após o Professor Chicão é a Keila Pereira.

O SR. AGAMENON GOMES – Boa noite, pessoal.

Vou me apresentar bem rapidinho, nem todos me conhecem. Como a nobre Vereadora citou, meu nome é Agamenon, sou morador de Parelheiros desde 1979. Então, é uma extensa vida que temos aqui, ressaltando o que o Marcelo falou, eu amo demais Parelheiros, vou continuar amando.

Então, temos de ter o cuidado, quando a gente pedir moradia ao nobre que falou, quando vamos atrás da nossa moradia, não vamos destruir o que nós temos, que é a nossa natureza. É por isso que hoje em dia todo mundo está falando, olha, está chovendo, caindo muita água, vamos culpar a Prefeitura, vamos culpar não sei quem. Vamos com cautela nessas horas.

Só vou adiantar uma coisa bem rápido, a fala que eu ia dizer é justamente o que o Cássio, o nosso colega e nosso vizinho, acabou de dizer. Eu gostaria de saber, com todas essas ideias desse projeto de moradia, se já tem um plano para a nossa locomoção, essa organização, como todo mundo sabe, São Paulo nunca foi projetado. O único projeto que teve em São Paulo foi a Rodoviária Tietê, mais nada, porque copiou a cidade de Curitiba, que é a cidade modelo de organização do nosso país.

Então, quando se fala de organização, nós não estamos aqui para ficar fazendo política, como o Cássio falou, falando nome de “a”, de “b”, de “c”. Nós estamos com todos aqui, Prefeitura, Subprefeitura, nossa Vereadora, nossos Deputados que estão aí, somos todos nós que temos de fazer isso.

Então, encarecidamente, gostaria de fazer essa pergunta: tem um projeto para o nosso transporte, porque não adianta nada querermos só a moradia e não termos o projeto de

transporte. Está aí o Terminal Parelheiros, infelizmente, como o Marcelo falou, que inauguraram a nossa Estação de trem, inclusive, estamos sofrendo muito com a mobilidade, dia após dia, acidentes e acidentes. Eu gostaria de deixar essa pergunta no ar.

Obrigado pela atenção. Boa noite a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Agamenon, boa noite.

Agora, Professor Chicão. Depois a Keila Pereira.

O SR. CHICÃO – Boa noite, gente.

Aqui não tem somente o pessoal da moradia, tem moradores de Parelheiros, há mais de 50, há mais de 100 anos, que não têm a regularização fundiária, está resumido. Pode colocar na pauta aí, que povo tem para participar. Então, Parelheiros precisa de regularização fundiária, está resolvido.

Outra coisa, meio ambiente é com gente. E gente precisa de moradia. E moradia é tudo. Parelheiros dá água para São Paulo, todo mundo pode ir às torneiras agora, que foram despressurizadas, há água, e não chega em Parelheiros. Nós precisamos ver sim o que precisamos. Eu não quero e não sou contra o progresso de Parelheiros, de vir hipermercados, firmas e firmas, para melhorar as condições de moradia e de trabalho. Agora, qualquer empresa pode vir bem pertinho, nós vamos passar diante e ver um trator maior do que o terreno de 5x25 tirando 1.000 caminhões de terra para levar para outros lugares. Ele pode, porque ele comprou um pedaço de terra no Acre para fazer a compensação ambiental; ele pode.

Então, gente, nós temos como fazer. Hoje a Prefeitura paga uma mixaria de R\$ 400,00 de auxílio-aluguel sendo que ela poderia pegar de todo mundo que precisa de moradia R\$ 500,00 por mês e fazer prédios de seis andares que não precisam de elevador e colocar todas as pessoas de casas para morar, pagando esses R\$ 500,00. A matemática é clara: R\$ 500,00 mais R\$ 400,00 que a Prefeitura iria pagar, somam-se R\$ 900,00 de caixa por mês para construir moradia dos sonhos.

E queria que viesse um cidadão da Prefeitura aqui hoje e falasse: Eu concordo que uma barraca não é casa. Mas, naquele momento, a casa é a barraca do cidadão. Ele mora na

barraca porque não tem casa. Se ele tivesse condições de pagar R\$ 500,00, ele pegaria lata, papelão, tudo para pagar os R\$ 500,00, para ter a sua casa.

Parelheiros nunca teve um projeto de habitação. Teve um no Silveira, que está cheio de Pinheiros, que era para tirar o pessoal de Vargem Grande, da cratera, que tinha que tirar de lá. E hoje pode haver ocupações que sejam necessárias e especulação imobiliária em Parelheiros, vendendo lotes e lotes, matando o verde e toda a água que o meu filho, o filho de vocês e os netos não verão mais. Eu moro aqui há 50 anos, pegava peixinho ali. Mas, hoje, só tem “toroço” naquele rio.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Keyla Pereira.

A SRA. KEYLA PEREIRA – Boa noite a todas e todos.

Eu sou moradora de Parelheiros, nascida e criada, e queria começar dizendo que acho que não existe uma contradição entre morar e preservar, já que a gente tem uma concordância generalizada em relação a isso; então, não vou me ater a esse assunto.

Eu acredito que a gente precisa começar a falar com respeito, inclusive, às lideranças e autoridades da Mesa, mas eu acho que faltou um pouquinho de colocar nesta Mesa as organizações do território. Já tem muita gente trabalhando há muito tempo no território, inclusive nos temas que estão sendo tratados hoje nesta audiência. São organizações cujo trabalho é integrado, inclusive, pensando que o nosso desenvolvimento precisa ser regionalizado, porque a área de preservação ambiental pede isso.

Não é todo tipo de empresa que pode vir para cá, não é todo tipo de indústria que pode vir para cá, nem qualquer tipo de moradia pode ser feito aqui. Por isso, a gente precisa muito de um trabalho integrado, que pode e deve ser feito com as organizações que já atuam no território há tanto tempo e de forma tão exemplar. Eu senti que faltou representação do território, então quero registrar isso.

E sobre a discussão que vem sendo feita do PDE, concordando com a fala do

camarada do Condephaat, eu acredito também que não adianta a gente ter uma meta x – e ele citou os 168 parques – e a gente não definir como, quando, onde, de qual maneira isso vai acontecer? Porque isso não é estratégico, é simplesmente promessa sem fundamento. Inclusive eu acho que é um dos principais problemas do PDE, que apresenta muitas falhas nesse sentido e em diversas áreas, sobre a questão de moradia, do meio ambiente, do trabalho, da mobilidade urbana.

Para finalizar, isso vai ao encontro de outra fala nessas discussões que ouvi sobre o PDE, que a maioria de nós vem para essas discussões sem ter o conhecimento do que está sendo discutido na Câmara dos Vereadores, e isso também precisaria partir da iniciativa do Poder Público de trazer a discussão anterior para cá, para a gente conhecer, de fato, a minuta de cada uma dessas metas e objetivos e como elas serão executadas; para, depois, a gente ter uma opinião formada.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Keyla.

Tem a palavra o Sr. Ney do Rap.

O SR. NEY DO RAP – Boa noite, pessoal.

Estou representando a FNL, representando as periferias, as comunidades, as culturas.

Eu sou cantor de *rap* há 20 anos e estou brigando por moradia, mas eu não quero brigar só por moradia, porque não adianta eu ter uma moradia sem ter educação, sem saúde, sem uma cultura para os meus filhos.

Se meus filhos não tiverem educação, eles vão ser instruídos para o mundo do crime, infelizmente. Então, vamos brigar não só por moradia, mas pelo universo, pela globalização, por tudo isso. Saúde, cultura e moradia.

Hoje eu bato palmas a todos que estão aqui, para todos. Amanhã, eu posso estar cantando no meu CD e divulgando na rádio por essa luta de hoje, por essa ordem, por essa causa, por todos que estão aqui, porque ninguém está aqui à toa. Eu acordo às 3h da manhã e

chego em casa às 18h30, mas estou aqui. E todo mundo que está aqui é sofredor, ninguém está aqui à toa.

Agora, pessoas que vieram aqui e falaram que tem gente no poder que está brigando por nossa moradia, é mentira. O mesmo que vem falar aqui que estava brigando por moradia é o mesmo que tira nossas barracas no centro de São Paulo, que tira as barracas dos camelôs e as barracas dos moradores e coloca a gente na rua.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ney. Tem a palavra o Sr. José Braz.

O SR. JOSÉ BRAZ – Boa noite a todos, à Mesa. Muito obrigado, nobre Vereadora.

O que eu quero falar é que existe muita burocracia, e ela atrapalha muito quando vai começar uma construção pelo setor público num terreno. E por quê? Porque quando se constrói moradia nesse país é superfaturada, o dinheiro que chega para fazer 300 prédios daria para construir muito mais, mas tem desvio de verba. Essa é a verdade. É a corrupção que nós temos que debater nesse país, não é a moradia, é a corrupção de qualquer político e outros por aí. Começa pela corrupção e, por conta da corrupção, chega até nós, o povo, a dificuldade de construir, a dificuldade de conseguir a nossa casa.

Hoje existe material simples, barato, é só fazer análise de solo, que daria para construir. Existe material de construção que é feito com isopor e fica muito mais resistente, é ecológico e em uma semana se levanta a casa.

Então não fazem porque não querem fazer. Sabem por quê? Porque a falta de moradia dá voto. Essa é a verdade. A falta de moradia, a miséria e o saneamento básico dão votos. Imaginem se acabarem com a pobreza e com a miséria? Vai dar voto onde

Vou dizer uma coisa para vocês: é necessário que o povo continua na luta, é necessário que não baixemos a cabeça, é necessário que cobremos do Poder Público, sim.

E eu digo para vocês: tem muita área que é particular e está abandonada. E o artigo da Constituição que, quando está abandonado, é direito de moradia do povo. Está na

Constituição Federal.

Pessoa, comigo: Ocupar! Ocupar! Ocupar! Ocupar!

Ocupar com responsabilidade, porque temos que ter cuidado também com o nosso meio ambiente. Agora, área particular que não paga imposto, que devem imposto, tem que ocupar e construir casa, sim.

É o que eu tinha para falar. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tem a palavra o Sr. Gonçalves, defensor popular.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ah, meu Deus. Está bom, então. Tudo bem, Gonçalves.

Gente, agora vai falar o pastor Reinaldo.

O SR. REINALDO – Boa noite a todos e a todas, à Mesa.

Eu queria somente que a Subprefeitura de Parelheiros explicasse ao povo da linha do trem, porque eles vão lá, derrubam as casas das pessoas e dizem: “Vá lá procurar na Subprefeitura de Parelheiros”. Chega aqui, eles mandam fazer a inscrição para aguardar – como já foi falado – não sei quando. E vamos morar onde?

Teve um amigo meu que faz parte da igreja da qual eu tomo conta que a Subprefeitura chegou lá e derrubou a casa dele. Ele comprou, em dez vezes, dois milheiros de tijolo, 10 sacos de cimentos, e os pedreiros foram ajudar a fazer. Ele terminou a casa no domingo; quando foi na quarta-feira, a subprefeitura foi lá e derrubou, e não deu nenhuma justificativa.

Vocês acham que é justo fazer isso com o pessoal?

Então, a subprefeitura tem que dar uma explicação para o povo lá.

E ainda dissera: “Daqui a 15 dias, voltaremos para derrubar o resto”.

É assim? E nós vamos morar onde? Nós vamos vir morar dentro da Prefeitura, junto com eles, ou dentro da subprefeitura? Eles têm que trazer uma solução para o povo. Não é assim, chegar e derrubar uma moradia, porque custa caro.

Se for um barraco de taipa, no mínimo, vamos gastar mil e quinhentos de material. Se for uma casa de alvenaria, no mínimo, vamos gastar dez mil reais. E ganhamos salário-mínimo. E aí? Não querem nem saber quanto custou, quanto pagamos, quanto ralamos, em quantas prestações dividimos, para morarmos numa casa digna. E aí?

Subprefeitura, por favor, vá lá e dê resposta para o povo sobre isso aí.

Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tem a palavra a Sra. Silmara Batista, da Ocupação Marighella 1.

A SRA. SILMARA BATISTA – Boa noite a todos. Boa noite ao pessoal da Mesa.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma pergunta. Eu acabei sabendo que tem 55 Vereadores na cidade de São Paulo. Aqui, na Mesa, para nos defender, só tem uma, Luana Alves. Não estou aqui para fazer política, porque, infelizmente, eu não gosto de política.

Somos da Ocupação Mariguella 1. Eu vim com uma lona; com 200 reais comprei uma lona. Depois, construí um barraco de madeirite, onde eu e meus cinco filhos moramos. Eu não quero que a Prefeitura vá lá e derrube o meu barraco. Custou dinheiro.

Eu estou desempregada e tudo que gastamos custa. E custa caro. Queremos moradia, queremos educação, queremos saúde, queremos saneamento básico. Não queremos ficar usando água roubada dos outros, luz, seja o que for.

- Manifestação do público.

A SRA. SILMARA BATISTA – Queremos postes da Enel dentro da nossa ocupação. Queremos água da Sabesp dentro da nossa ocupação. Queremos hospital. Queremos atendimento psicológico para as nossas crianças. Não é fácil pegar a nossa família e levar para um ambiente onde não conhecemos ninguém, muda psicologicamente a nossa mente e a mente dos nossos filhos. E nós não temos ajuda nenhuma de um prefeito, de um deputado, seja quem for. É um monte de vagabundo, um monte de ladrão.

Não somos ladrões. Nós não estamos roubando terra de ninguém, estamos lutando pela nossa moradia digna. Moradia já! Eu quero moradia não só para mim, mas para todos que

estão na luta.

E eu exijo que os outros 54 Vereadores se façam presentes. Eles são vereadores porque nós votamos neles. O prefeito é prefeito porque votamos nele. Presidente, deputado, governador, senador, se não tem voto, não tem pessoas para votar, eles não são nada!

E somos, sim, pessoas de bem. Não queremos roubar terra de ninguém, não. Se não tem moradia lá, vamos ocupar, sim. E se botar para fora, vamos para outro lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tem a palavra o Sr. Alenilton.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, rapidinho.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Esperem aí, companheiras.

Tem muita gente já indo embora. Eu peço que todos se mantenham. Já estamos finalizando as falas. Vamos retornar rapidamente para já finalizarmos. Tá bom?

Está com a palavra Sr. Alenilton.

O SR. ALENILTON – É a maior satisfação estar no CEU de Parelheiros.

Eu quero cumprimentar os companheiros e as companheiras.

Faça barulho quem é de Parelheiros!

- Manifestação do público.

O SR. ALENILTON – Quando falamos de Plano Diretor Estratégico, nós podemos falar muitas coisas que vocês já falaram, mas eu não vou falar disso.

Dentro do Plano Diretor Estratégico, eles ainda não entenderam que tem que respeitar os direitos constitucionais. Beleza? Começa por aí.

Vamos lá. Eu quero falar uma coisa fundamental: a linha do trem.

Pessoal, eu não sei se vocês sabem, mas Parelheiros está passando por um processo por uma ordem do Ministro Barroso. E esse processo do Barroso é que está inferindo também em muitas notificações no território de Parelheiros, que está fazendo a Prefeitura ir lá notificar as famílias. E as famílias, muitas vezes, têm que vir para a subprefeitura, para saber:

“Olha, estamos notificando porque há a obrigação de fazer, porque estamos sendo multados em 10 mil diariamente para notificarmos essas áreas”. Esse processo do Barroso envolve oito áreas em Parelheiros. Inclusive, eu posso falar do Iporã.

Começamos a descobrir que Iporã estava dentro desses bairros.

O que acontece, Vereadora Luna e todos os companheiros à Mesa? O Companheiro Dênis também sabe um pouco disso.

Essas moradias do Iporã foram divididas em três classificações – risco 1, risco 2 e risco 3. E o que está acontecendo na linha do trem? O setor de fiscalização da Prefeitura vai lá e notifica o povo, mas quem está com todas essas ações são duas secretarias. Então não adianta, muitas vezes, batermos na subprefeitura, tem que bater na secretaria – Secretaria de Habitação, Secretaria de Infraestrutura Urbana.

E o que está acontecendo lá? Fomos lá, levamos o povo lá, e a Secretaria de Habitação informou que vai haver projetos para aquela área. E que existem dois projetos para que essas famílias possam ser removidas sejam encaminhadas. Isso é palavra da Secretaria.

O que a Secretaria de Infraestrutura Urbana, a Siurb, aponta com esses dados? Aponta o seguinte: “Nós só estamos fazendo a contenção dos barrancos, e não vamos remover casa nenhuma, porque não temos ordem”.

Precisamos acompanhar esse processo para saber: “Poxa, a Secretaria da Siurb tem essa informação, a da Sehab tem esta e já disse, com esses projetos, que têm direcionamento para essas famílias”. E as famílias ficam como o companheiro falou.

Gente, se a sua casa, a sua moradia, está ameaçada, acabou a saúde, acabou a paz, acabou tudo.

- Manifestação do público.

O SR. ALENILTON – Acabou tudo. É isso que tem que entender.

O povo trabalhador vai trabalhar. Quando ele chega em sua casa, ele quer tomar um banho e descansar. Não, tem um papel colado no seu portão! Tem um papel colado na sua porta! E o povo sem saber o que está acontecendo. Isso é inadmissível. Tem que acabar essa política.

Essa política tem que melhorar como? Comunicando. As Secretarias têm que estar conversando com a Subprefeitura, todos estarem na mesma sintonia, os movimentos sociais estão desinformados do que está acontecendo; cada hora uma informação.

Então, é importante que nós continuemos na luta. A gente continua em pé, manifestando, porque é nosso direito a manifestação. É nosso direito. É a democracia. Essa democracia que fez vocês estarem aqui hoje. (Palmas)

Quero completar a minha fala, companheira, com o seguinte: todo mundo comigo. Quem somos? Bem alto. Somos guerreiros, porque nunca abandonamos a guerra; somos a maioria porque somos a força; somos a união, a corrente, somos o povo. O povo que briga que luta e que nunca desiste. Valeu, companheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheiro.

Pessoal, agora, o Caio Duarte; depois, o Andrew.

O SR. CAIO DUARTE – Bom, pessoal, boa noite. Eu me chamo Caio. Eu sou líder comunitário do Recanto.

Queria parabenizar, Vereadora, pelo trabalho, pela luta, que não é fácil. Só você aqui, representando os Vereadores. Isso é uma vergonha, porque quando é para estar no bairro querendo voto (Palmas) Vereador tira foto beijando o pobre, mas quando são eleitos, se esquecem e viram as costas para o povo.

Eu queria mostrar para vocês: cadê o representante da Prefeitura? Ele foi embora, sabem o porquê? Porque eles são os piores, querem destruir a casa de todo mundo. Então, PNL e MRFU, nós temos que nos unir com todas as lideranças, todas as comunidades.

E vou dar um recado para o nosso Prefeito, porque ele não vai tirar as moradias para fazer conjunto habitacional para empreiteiras e para ele ganhar dinheiro, porque nós vamos lutar pela nossa moradia, porque nós somos povo, e o povo é unido. Tem que sair da nossa casa para fazer parte porque todo mundo precisa de moradia; e o Prefeito tira todo mundo de suas casas, faz um desfazimento, uma destruição ambiental com a OIDA, para fazer o quê? Para fazer prédios. Isso nós não devemos admitir.

Nós temos que lutar, pessoal. Temos que sair das nossas casas e mostrarmos para eles que o povo unido jamais será vencido. (Palmas) Nós temos que fazer valer. Temos que saber na hora de votarmos; temos que entender do assunto e sabermos lutar. Não é agredindo, é lutando corretamente; reivindicar os nossos direitos, porque nós temos um bairro com água, mas não temos esgoto. Você vai questionar a Subprefeitura e não pode, porque tem um processo de desfazimento, mas a OIDA pode ir e destruir com caminhão e máquinas, deixando o pobre sem casa, na rua. Eles acham bonito e gravam vídeo, mas eles vão embora, porque eles sabem a safadeza.

Então, o povo tem que mostrar que nós vamos lutar, e nós estamos aqui, liderança, para representar.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheiro Caio.

Pessoal, estamos finalizando as falas. Andrew Souza; depois. Robson de Jesus Santos.

O SR. ANDREW SOUZA – Boa noite a todos. São quase 10h. Está todo mundo aqui ainda. Eu queria uma salva de palmas para vocês mesmos.

- Salva de palmas.

O SR. ANDREW SOUZA – Uma coisa que eu queria lembrar aqui: este não é o meu primeiro Plano Diretor, agora, é o terceiro, porque o primeiro foi em 2014, e até hoje a gente vê a falta do Poder Público na nossa região; no Plano Diretor de 2014, eu morava numa ocupação no Grajau, ocupação Anchieta, onde a gente foi na frente da Câmara, lutou e, até hoje, não tem moradia digna para aquele povo de lá.

Eu queria ver se o Subprefeito... – é que ele correu daqui, fugiu, pegou o primeiro avião e foi embora – para onde foi toda essa estrutura, porque a periferia está carente lá, e a gente não encontra isso aí; se a gente não se organizar, enquanto movimento, enquanto pessoas organizadas, não vai ter nenhuma coisa de volta para a gente.

É como todo mundo veio aqui e falou: “Cadê o dinheiro que estava ali?” Será que o

Papa levou? Porque, até agora, a gente está sofrendo aqui. Mas é bem isso mesmo.

Eu queria agradecer à Mesa, à Vereadora Luana, companheiro Denis e os demais que se propuseram a ficar aqui até esta hora.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Andrew.

Pessoal, estamos com dois últimos inscritos.

O pessoal do CEU veio me falar que tem uma questão com a empresa terceirizada, então, tem a questão do horário dos funcionários do CEU. Vou pedir, tanto para o Robson de Jesus, quanto ao Jeferson Costa tentarem resumir a fala em um minutinho para a gente finalizar, mas eu vou responder rapidamente as perguntas antes de finalizar, está bom?

O SR. ROBSON DE JESUS – Eu quero, desde já, agradecer essa oportunidade. Fui convidado de última hora para estar aqui. Eu sou conhecido como Robson Cowboy, uma grande liderança da região de Parelheiros; sou grato pela presença de todos vocês.

Quero dizer a vocês que o que acontece em Parelheiro e em várias regiões é o vírus chamado salário mínimo; que corrói a população pobre do nosso Brasil e dos nossos bairros. Por isso, as pessoas são forçadas a invadirem as terras. Tem gente tão inocente no nosso país que tira o IPTU, achando que está regularizando a sua moradia; ela está absorvendo uma dívida para ela própria. As pessoas precisam entender que o IPTU não te dá o direito de escritura para aquela posse ser sua.

Nós precisamos entender que lutar por moradia, lutar por direitos é um dever nosso. Eu vim para este assunto porque eu trabalhei com a Ambiental e com a Secretaria do Verde e vi muito pai de família chorar. Quando eu passo no Jardim São Norberto, o povo grita: “Oh, Cowboy, o que você pode fazer por nós?” Eu não sou uma liderança porque eu quis, mas porque o povo me convocou.

Eu tive um dia muito grato, na Paulista, com Eduardo Cobra, quando ele me pintou num grafite, ficou por trinta dias em exposição, representando os trabalhadores da construção civil, porque eles acordam às 4h da manhã, vão fazer as casas dos milionários e voltam para

morar dentro de um barraco.

E nós precisamos entender que a culpa está num salário mínimo, se você não tem onde morar.

Um dia, um policial me parou, eu estava pregando um barraco de um cidadão, falei: “Venha cá; eu tenho parente na Europa, na Áustria, na Suíça; minha família a metade é rica, mas o que eu tenho é o salário pelo qual eu trabalho todo dia. O que é dele é dele, o que é meu é meu. E você, como policial, toda sua família é rica?”. Ele começou a olhar para mim e disse: “Eu não vou nem te intimidar”, porque ele sabe que a verdade do país é essa na qual vivemos.

Nós vivemos num país escravocrata, um país que suga as nossas energias para o rico viver bem, é um país que escraviza o pobre para ele ter um carro de luxo.

Eu já participei de vários trabalhos da UGT e vários em que o pessoal me convida, mas, hoje, eu senti um compromisso enorme de vir até o CEU Parelheiros falar para vocês que nem todo mundo que está na periferia é burro. Nós precisamos abrir os olhos para as pessoas para entender o seu dever e o seu direito.

Agradeço a todos pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, essa é a nossa última fala do Jeferson Costa, Conselheiro Tutelar.

O SR. JEFERSON COSTA – Boa noite à Mesa; Fernando Bike, ao qual tenho muito respeito; boa noite a todos os companheiros, boa noite a vocês e parabéns por estarem aqui.

Represento a infância e juventude, como Conselheiro Tutelar de Parelheiros e Marsilac.

Eu fico muito triste e bem chateado quando chega uma denúncia falando que um pai desempregado, uma mãe desempregada, que mora num barraco de tábuas, precisa retirar a criança e as pessoas só criticam, mas teve uma pandemia, pais e mães ficaram desempregados. E o pai pôde fazer um barraco de pau para colocar os seus filhos dentro dessa residência, que se torna um lar, e chega essa notícia.

O artigo 23 do ECA fala que não constitui motivo suficiente a carência financeira para

perder a guarda, e chega esse tipo de notícia. São direitos violados atrás de direitos violados. Uma pessoa do Jardim São Norberto, da nossa região de Parelheiros, me procurou falando que estavam demolindo os barracos onde têm crianças, as mães chorando e a criança pergunta: “mãe, onde nós vamos morar?” E como fica essa situação? E nós temos que ir lá, fazer a proteção.

É difícil. E eu sou uma voz que clama no deserto, assim como todos vocês. E as nossas crianças? E a criança cadeirante? E o senhor e a senhora de idade? E a senhora que é cadeirante, que está no barro porque não tem asfalto? Dificuldade de se locomover, não temos cultura, não temos lazer. Nós temos sim, na minoria de Parelheiros, que cresce, mas e o fundão e o novo Jardim São Norberto? E Marsilac? E as pessoas do fundão, que estão esquecidas? E as nossas crianças que estão lá?

Essa é uma discussão. Parabéns a todos vocês que estão aqui de fato, porque nós precisamos olhar para as nossas crianças, nós precisamos olhar para os nossos filhos autistas, que quando chegam aqueles tratores, o menino fica todo perturbado e a mãe perguntando: e agora, o que que eu faço? E nesses casos, nós não temos assistência social. O CRAS não está lá, às vezes não chega nem *e-mail* no Conselho Tutelar para nós estarmos lá, para proteger pelo menos os filhos de vocês, para falar para o Ministério Público: “olha, vamos esperar um pouco. Essas crianças vão ficar onde?” Eu vou tirar a criança dessa mãe e colocar num abrigo, porque ela não tem moradia? Eu estou violando o direito dessa mãe?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Jefferson.

O SR. JEFFERSON LUIZ COSTA – Eu não posso fazer isso. Aqui em Parelheiros, tem três abrigos, se desocupa todo mundo, vai para onde? Vamos colocar onde? Não é dessa forma. Eu fico sensibilizado e doído com algumas situações que acontecem na nossa região e, como Conselheiro Tutelar, vendo a dor dos filhos e vendo nos olhos de vocês, chorando, porque o filho, de repente, está preocupado com a sua moradia.

É triste isso, mas eu peguei, como Conselheiro Tutelar, a Lei 8.069, o que compete a mim é encaminhar. O pessoal da ocupação me procurou, me deu os abaixo-assinados e eu

vou mandar para o Ministério Público. Eu falar que as crianças estão lá, a *van* escolar vai buscar aquelas crianças e como vai fazer? Vai colocar onde essas crianças? E nós, do Conselho Tutelar, temos que tirar as crianças, vai deixar na rua? Não tem abrigo para todo mundo. Não tem acolhimento para todo mundo.

Eu deixo a minha indignação aqui. Eu não sou de direita nem de esquerda, mas eu sou um cara humanitário. Eu sempre falo que ajudar gente faz bem para gente, e essa frase não é de efeito, mas de princípio. Eu acredito no princípio. Quando eu ajudo vocês, eu estou sendo ajudado em acreditar naquilo que eu acho sublime, que é o amor ao próximo.

Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, a nossa última fala foi a do Conselheiro Tutelar Jefferson, e eu falei para o pessoal que nós não vamos conseguir voltar a palavra a todos. Por isso eu vou rapidamente fazer um fechamento.

Antes de tudo, eu queria agradecer. Agradecer muito a presença de todas as pessoas. A gente sabe que quando um movimento social atua tem todo tipo de desconfiança, ainda mais um movimento radicalizado, como o FNL. A FNL está fazendo uma luta histórica, assim como vários movimentos sociais desta região, muitos movimentos sociais. Queria agradecer ao pessoal da Comissão de Saúde, o pessoal de Libras, que está aqui fazendo a tradução. Queria pedir uma salva de palmas, porque estão desde o início garantindo a tradução para o pessoal com deficiência auditiva. (Palmas)

Queria dizer três coisas, rapidamente. Primeiro, a questão dos despejos; segundo, a regularização fundiária; e terceiro, a questão ambiental e moradia. Vou falar um pouquinho sobre o transporte.

Primeiro sobre o despejo. A gente sabe que a Prefeitura tem promovido uma série de ações urbanísticas, supostamente para melhorar o viário, para melhorar a cidade, mas que tem causado despejos na cidade de São Paulo. Estou feliz que tem uma companheira aqui da Campanha Despejo Zero. Infelizmente o STF derrubou a lei que proibia despejo na pandemia e a Prefeitura de São Paulo, o próprio Poder Público, começou, ela mesma e não apenas a

iniciativa privada, a promover despejos. Nós defendemos despejo zero na cidade de São Paulo. (Palmas) Gente, não tem como o Poder Público fazer despejo. Não pode ser a Prefeitura. Não pode ser o estado e se for provado que tem alguma necessidade para fazer uma obra viária, uma ponte ou algo desse tipo não vai colocar naquela fila de 400 reais. Vai ter que ser o chave a chave, como já feito.

Chave a chave é o seguinte: uma pessoa não entrega a chave da sua casa enquanto não tiver a chave de outra. É uma maneira de se garantir moradia e não inflar aquela fila que ninguém sabe onde vai parar. Na Vila Leopoldina foi feita uma operação urbana a partir do método chave a chave. A gente quer isso. Qualquer tipo de despejo que a Prefeitura for fazer, ainda que não tenha que haver despejo, mas se for fazer, vai ter que ser no método chave a chave. Já estamos propondo isso na Câmara de Vereadores de São Paulo. (Palmas) Ainda não foi aprovado, estamos propondo na Câmara e em diálogo com o governo para isso.

Segundo, sobre a questão do transporte, que já foi dito aqui. A gente sabe que esta é uma região que está crescendo, só tem basicamente uma rua para conseguir ir para a região central e eu queria – estou com o contato, todo mundo se inscreveu – ir até a Secretaria de Transportes fazer esse debate sobre a região específica de Parelheiros.

Queria dizer também sobre a questão da regularização fundiária, que é um direito das pessoas e existem instrumentos legais, já aprovados na Câmara Municipal para isso, com verba para isso. É uma questão de vontade política. A lei está aprovada e ela é um instrumento jurídico e já pode ser utilizado pelo Poder Público. Repito para vocês, gente, acho muito fundamental a regularização fundiária. As pessoas têm que ter a possibilidade de ter segurança de morar onde elas estão. De fato, já existe essa lei, eu não acho que precise, honestamente, de uma grande mudança da Lei da Regularização Fundiária. Existe a necessidade de a lei ser aplicada, de a Prefeitura fazer valer a lei, de ela utilizar o instrumento jurídico que ela já tem para conseguir fazer regularização na casa das pessoas.

Sobre a questão das ocupações, é o seguinte, gente. A gente hoje, nesta mesa, pelas falas feitas, provou, mostrou que a necessidade social, necessidade das pessoas não é

incompatível com a necessidade de preservação ambiental. A gente vai seguir com esse diálogo. A gente não quer que as ocupações, que a população pobre, que tem que morar, seja intimidada a partir de um discurso que não é honesto sobre preservação ambiental. Não é honesto. Falar que aquelas pessoas, três famílias, cinco famílias, estão impedindo o abastecimento de água na cidade de São Paulo é desonesto e é cruel. O que impede o abastecimento de água na cidade de São Paulo, na verdade, é ter fiscalização com grandes construções à beira da represa e não construções de cinco barracos, que são acusados de acabar com o abastecimento na cidade de São Paulo. (Palmas)

Gente, o que tem que acontecer é mais honestidade nesse debate e pensar em soluções, e que as pessoas possam morar de maneira ecológica, o FNL tem experiência disso. A gente vai seguir em diálogo com a Seclima, com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para procurar essas soluções. As pessoas que conseguem habitar de forma sustentável, na verdade, são uma proteção ao meio ambiente. É o contrário, não é um ataque, é uma proteção, inclusive contra todo tipo de especulação imobiliária ligada a forças muito perigosas. Vocês sabem do que eu estou falando.

A gente sabe que quando tem movimento social fazendo luta de verdade, pensando a preservação ambiental com a moradia, a gente tem o fator de proteção inclusive ao meio ambiente, tem pessoas, de fato, comprometidas, porque elas não estão lá naquela casa para fazer especulação imobiliária e lucrar. Elas estão para morar, é outro tipo de compromisso com o território que você está. Uma coisa é morar e ter respeito como morador. Quem está com a posse de uma casa, como especulador imobiliário, não tem respeito com aquele local e não vai ter respeito para preservar o meio ambiente. Isso é uma coisa que a gente tem que entender.

Queria, mais uma vez, agradecer a presença de todos. Muita coisa foi dita. Vão ter mais audiências do Plano Diretor. Terá outra no CEU Parelheiros. Agradeço a gestão do CEU Parelheiros. Peço desculpas por qualquer coisa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, alguém sabe onde está a lista de

presença? Está ali com a companheira. Maravilha.

Pessoal, mais uma vez, agradeço a presença de todos. As falas foram ouvidas e estão registradas oficialmente pela Câmara Municipal de São Paulo. O nosso mandato está à disposição para a defesa da luta nas periferias.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os nossos trabalhos.

Obrigada. (Palmas)